



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**182ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 15 e 16 de setembro de 2010.**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**182ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

**Data:** 15 e 16 de setembro de 2010

**Local:** MDS, Anexo, 1º andar, Sala de Reuniões do CNAS, nº 108 – Brasília/DF

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e dez teve início a Centésima Octogésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade: Membros Titulares e Suplentes do CNAS: Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Gisele de Cássia Tavares, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Anna Cláudia Romano Pontes, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro Caio Nakashima, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro José Geraldo França Diniz, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Conselheira Lucia Elena Santos Junqueira Rodrigues, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR; Conselheira Fátima Aparecida Rampin, Ministério da Previdência Social – MPS; Conselheiro José Ferreira Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Marta de Oliveira Sales, FONSEAS; Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, FONSEAS; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, CONGEMAS; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Fundação Orsa; Conselheiro Antônio Celso, Pasquini, União Social Camiliana; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita Brasileira; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo, FENEIS; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheiro Antônio Pereira Kbça da Silva Filho, FENATIBREF; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, CNTSS/CUT; Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, OAB; e, Conselheira Iolete Ribeiro da Silva, Conselho Federal de Psicologia. **Convidados:** Maria Joaquina, CEAS/GO; Maybi Sales de Andrade, CEAS/BA; Sheyla Alves Barros, CEAS/AL; Annamarié Gorski, CEAS/SP; e, Arabella Mendonça, CEAS/AL; Dr. Douglas, CONJUR; Edna Alegro, SNAS/MDS; Maria Sales, CEAS/BA; e, Raquel, IPEA, Grupo Pesquisa; e, Leonardo, GMC Advogados. **ABERTURA.** Aos quinze dias do mês de setembro de dois e dez, teve início a Centésima Octogésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, que solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro Frederico Leite, Conselheira Gisele, Conselheira Simone Albuquerque, Conselheira Ana Cláudia, Conselheira Fátima Rampin, Conselheiro

Clodoaldo, Conselheiro Carlos Ferrari, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Celso Pasquini, Conselheiro Sérgio Wanderly e Conselheiro José Geraldo. Conselheiros Suplentes: Conselheiro José Crus, Conselheiro Wagner, Conselheira Maria Auxiliadora, Conselheiro Antônio Kibça, Conselheira Lúcia Elena, Conselheira Ana Carolina, Conselheira Marisa, Conselheira Iolete e Conselheiro Renato Saidel. O senhor presidente informou a eleição ocorrida para as vagas remanescentes no último dia 21 de agosto, dando as boas vindas e convidando para tomar posse a Conselheira Iolete, do Conselho Federal de Psicologia, solicitando à Secretária-Executiva que procedesse à leitura do Termo de Posse. O senhor Presidente comunicou a presença da Dra. Lúcia Ervilha, Consultora da CONJUR, e do Dr. Genilson Nassur Moreira, que faria uma apresentação sobre a Rede SUAS. A seguir, passou à **Aprovação da ata da 181ª Reunião Ordinária e da Pauta: Dia 13.09.2010: Tarde 14h às 18h:** Reunião Extraordinária da Comissão de Conselhos: Orientações para implementação da resolução CNAS nº16/2010 e outros. **Dia 14.09.2010: Manhã: 9h às 17h:** Reunião com os Conselhos Estaduais de Assistência Social. **Tarde: 18h às 19h:** Reunião da Presidência Ampliada. **Dia 15/09/2010: Manhã: 9h às 13h:** Reunião da Comissão de Normas: discussão do Regimento Interno e outros; Reunião da Comissão de Financiamento: reunião com o FONSEAS e CONGEMAS; Reunião da Comissão de Política: monitoramento das deliberações da VII Conferência Nacional e outros. **Tarde: 14h às 15h:** Posse dos Conselheiros eleitos para vacância (usuários e trabalhadores); **15h às 15h15min:** Aprovação da ata da 181ª Reunião Ordinária e da pauta; **15h15 às 16h:** Apresentação sobre a Implementação e Funcionamento da Rede SUAS; **16h às 16h30:** Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros; **16h30 às 18h:** Avaliação e encaminhamentos da reunião com os CEAS. **Dia 16/09/2010: Manhã: 9h às 10h:** Relato da Presidência Ampliada; **10h às 11h:** Continuação da Revisão das Metas da Gestão 2008-2010; **11h às 12h:** Relato da Comissão de Normas; **14h às 15h30min:** Relato da Comissão de Conselhos; **15h30min às 17h:** Relato da Comissão de Política; **17h às 18h:** Relato da Comissão de Financiamento. Informou que os questionamentos feitos pelo Conselheiro Pedro Ost já haviam sido sanados, com a Ata da 181ª Reunião Ordinária do CNAS e a Pauta sendo aprovadas pelo Pleno e indicando a inversão da Pauta com relação aos Informes. A Dra. Lúcia informou ter assumido a Consultoria no final de julho, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. Relatou as atividades que havia exercido anteriormente, assim como a satisfação em ver a consolidação da LOAS e de cuja revisão havia participado no Ministério da Justiça, destacando os resultados já alcançados. O senhor Presidente, agradecendo a presença da Dra. Lúcia, informou ter sido suspenso o item de pauta relativo ao encontro dos presidenciáveis, conforme parecer da CONJUR. O Conselheiro Renato Saidel ressaltou a importância da presença da Dra. Lúcia e as ações que a CONJUR desenvolvia junto ao Conselho, assim como o trabalho realizado pelo Dr. Douglas, agradecendo o apoio que a Consultoria prestava ao CNAS. Na sequência, o senhor Presidente passou para o **Item Apresentação sobre a Implementação e Funcionamento da Rede SUAS.** O Dr. Genilson passou a discorrer sobre a Rede SUAS e os sistemas da SNAS, assim como o papel que vinha desempenhando ao longo do tempo. Explanou sobre o material em tela, observando que desde a implantação do SUAS e a construção da Rede SUAS a transferência dos recursos da União para os Estados ou Distrito Federal e os Municípios vinha sendo caracterizado pela agilidade, regularidade e transparência. Indicou que a finalidade do Sistema Nacional de Informação do SUAS, que era a Rede SUAS, era dar suporte à operação, à gestão, ao financiamento e ao controle social do SUAS, dar suporte ao monitoramento e avaliação de programas, serviços, projetos e benefícios, contemplado os diversos integrantes desta Política. Informou sobre os sistemas operacionais que compunham o SUAS, dinamicamente interrelacionados em uma única base de dados corporativa, gerando insumos para as operações de gestão, financiamento e para o controle social no âmbito do SUAS, listando os sistemas que faziam parte dessa Rede: SUASweb, CadSUAS, GeoSUAS, SICNAS, SisFAF, Sistema Orçamentário e o Sistema de Gestão de Convênios, SICONV do Ministério do Planejamento, SISCOJ, SIGBPC, BPC na Escola, SISdiligência, e os CensoSUAS, CensoCRAS, CensoCREAS, CensoGestão e os módulos de implantação, discorrendo sobre os mesmos e o acesso permitido em cada um.

Informou que a Rede SUAS havia sido instituída em agosto de 2009, indicando suas funções no material em tela e falando sobre os sistemas e as integrações entre os mesmos. Relatou que cada um desses sistemas tinha uma modalidade de acesso, convergindo para uma forma de acesso única, discorrendo sobre o impacto que isso causaria nos municípios, para os Conselhos e para os Governos Estaduais. Ressaltou que essa demanda também era do TCU e que seria atendida até o final desse mês, com a implantação dessa nova política de senhas. O Dr. Genilson indicou ter tido uma conversa a respeito do cadastro de Conselhos no CadSUAS, estando aberto para essa discussão. O senhor Presidente agradeceu a apresentação, destacando a importância do uso dessa ferramenta e da discussão sobre o módulo do Conselho no CadSUAS. O Conselheiro Wagner discorreu sobre as dificuldades de uso do sistema para alguns municípios de pequeno porte, havendo a necessidade de reforçar o papel do Conselho e o mecanismo referente aos prazos. O Conselheiro Pedro Ost indagou quais os sistemas eram livres para consulta na Rede SUAS, relatando a importância do acesso a determinados Programas. Que era importante entrar em todos para ter acesso aos números e confrontar inclusive com os dados dos gestores públicos. O Conselheiro Frederico indagou se a senha anterior havia caducado ou permanecia e quais sistemas teriam acesso. A Conselheira Simone cumprimentou o Coordenador Nacional da Rede SUAS, com quem dividia a responsabilidade de coordenar os sistemas de informação dessa Rede, discorrendo sobre a sua criação e a legislação que a regulamentava. Destacou que todo o processo do desenho do sistema de informação da sua gestão, da sua transparência, também vinha sendo construído, assim como todos os processos do SUAS. Ressaltou a importância de aprofundar a discussão iniciada no dia anterior, de como se faria para que a ferramenta da informação também pudesse servir para dar suporte e fortalecer o controle social, com as primeiras ações sendo os aplicativos financeiros. Discorreu sobre a importância do Sistema SUASweb, acionado por todos os municípios, Secretários Municipais e suas equipes e o Conselho Municipal e Estadual. A Conselheira Simone falou sobre os sistemas que davam sustentação para alguns programas nacionais, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, o ProJovem, que era o SisJovem, a Carteira Nacional do Idoso, priorizando-se, também, os sistemas que davam visibilidade ao repasse financeiro através do InfoSUAS. Informou que nesse momento estavam redesenhando o CadSUAS, discorrendo sobre o mesmo e os programas que o integravam e a ajuda que trariam, com esses cadastros servindo como instrumento de monitoramento também para o Conselho Nacional e Estadual. Destacou a importância que o Departamento de Gestão do SUAS, especificamente na Coordenação Geral da Rede SUAS conferia à implantação do Cadastro Nacional de Entidades do SUAS, relatando os motivos para essa prioridade e a exigência pela Lei 12.101. Respondendo aos Conselheiros Wagner e Pedro Ost, ponderou que esse sistema traria uma clareza maior para os Conselhos e as ações que poderiam efetivar. Com relação à senha, adiantou que todos os Conselheiros a teriam, tendo acesso às informações disponibilizadas, destacando a necessidade de um debate sobre as possibilidades que a tecnologia da informação trazia para todos e colocando o Departamento à disposição. O Dr. Genilson referiu-se aos questionamentos com relação ao papel e à comunicação do Conselho, com essa mudança de política de senha trazendo mais clareza e uma maior gestão, tanto para o gestor municipal quanto para o Conselho Municipal e Estadual. Relatou a ferramenta que possibilitaria a comunicação também entre o MDS e os Conselhos através do sistema de autenticação, sendo que sempre que os Conselheiros e o gestor entrassem em qualquer um dos sistemas da Rede SUAS, teriam acesso a todas as informações, facilitando as suas atividades. Com relação ao repasse dos recursos e a visualização da Sociedade Civil, indicou que através do InfoSUAS poderiam ver os repasses dos recursos sem precisar fazer o login, podendo escolher um município e visualizar essa transferência do recurso mês a mês, sendo que os Conselhos que tivessem acesso ao sistema do SUAS poderiam ter maiores informações. Esclareceu que a sociedade em geral também teria acesso a essa informação, mas de outra forma, sem grandes detalhes. O Dr. Genilson informou que mudariam para senhas individuais, mas com os Conselheiros tendo os mesmos acessos anteriores, informando um endereço de e-mail para esclarecer qualquer dificuldade que tivessem: [redesuas@mds.gov.br](mailto:redesuas@mds.gov.br). Relatou como seria o sistema de senhas e

que apresentaria maior segurança. Destacou que o aprimoramento do CadSUAS era primordial, procedendo ao levantamento de tudo o que era necessário alterar no cadastro, com parcerias com a Receita Federal para trazer dados de maior confiabilidade. A Conselheira Maria Auxiliadora indagou sobre o acesso disponível, se poderiam entrar ou apenas acompanhar, com o Conselheiro Renato Saidel observando alguns dados no material em tela. A Conselheira Leila indagou quando teriam a senha e se possibilitaria o acesso aos sistemas que estavam na SAGI. A Conselheira Gisele informou a discussão realizada sobre a possibilidade de levar para a Comissão de Conselhos o debate sobre o preenchimento do Censo SUAS e o fomento a essa ação pelos Conselhos. Ressaltou que o mesmo precisaria ser ampliado pela Comissão de Conselhos, para se discutir toda a utilização dos sistemas informatizados pelo conjunto de Conselhos, inclusive pelo Conselho Nacional para o controle social. Em relação à questão colocada pelo Conselheiro Wagner, lembrou que o MDS havia lançado uma portaria que revogava a anterior, instituindo normas relativas ao Plano de Ação e ao demonstrativo, instrumentos utilizados para o Pacto e para a Prestação de Contas dos recursos, relatando o que a mesma trazia sobre os repasses Fundo a Fundo e com a nova política de senhas possibilitando as consultas necessárias. Registrou que a Rede SUAS havia sido instituída formalmente por meio de uma portaria do MDS, esclarecendo a questão levantada pelo Conselheiro Pedro Ost sobre o SISCON Parlamentar, processo em extinção e com toda a operação de convênios sendo feita pelo SICONV, Sistema de Convênios gerenciado pelo Ministério do Planejamento. O Dr. Genilson esclareceu que o sistema utilizava dados da Rede SUAS, mas era mantido pela SAGI, com dados que eram vistos de outra forma, utilizando-se a mesma senha para acessar o Censo SUAS. Concluindo, agradeceu a oportunidade e se colocou à disposição para quaisquer esclarecimentos e abertos a sugestões para melhorar cada vez mais o controle social. O senhor Presidente informou que a Conselheira Simone havia sugerido a realização de oficinas ampliadas e descentralizadas sobre o assunto, o que seria trabalhado. A seguir, passou para o item **Informes da Presidência, Secretaria Executiva, CIT, MDS e Conselheiros**. A Secretária-Executiva passou à atualização do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro Renato de Paula, Conselheira Marta, Conselheiro Samuel Rodrigues e Conselheira Maria Aparecida Godoi. Convidados: Maria Joaquina, CEAS/GO; Dr. Douglas, CONJUR; Edna Alegro, SNAS/MDS; Annemarie, CEAS/SP; Maria Sales, CEAS/BA; Sheila, CEAS/AL; Arabela, CEAS/AL; Raquel, IPEA, Grupo Pesquisa; e, Leonardo, GMC Advogados. **“Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva. I. Informes Gerais. I. Ausências justificadas:** - Conselheiro Antônio Celso Pasquini, dia 14 de agosto, no período da manhã, na 182ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de compromissos institucionais; - Conselheiro José Geraldo França Diniz, dia 14 de agosto, no período da manhã, na 182ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de compromissos institucionais; - Conselheira Luíza Machado, dias 14, 15 e 16 de agosto, na 182ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de férias; - Conselheira Brenda Ferreira Silva, dias 14, 15 e 16 de agosto, na 182ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de férias; - Conselheiro Carlos Rogério Nunes, dias 14, 15 e 16 de agosto, na 182ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de compromissos institucionais; - Conselheira Rita de Cássia de Freitas Coelho, dias 14, 15 e 16 de agosto, na 182ª Reunião Ordinária do CNAS, em virtude de viagem institucional; - Conselheiro Antônio Kibça Silva Filho, dia 09 de setembro de 2010, na Reunião sobre a proposta de orientação aos Conselhos para implantação dos Conselhos Gestores da Rede Socioassistencial; - Conselheiro José Ferreira Crus, dias 09, 10 e 14 de setembro, por estar coordenando a reunião sobre metodologia de trabalho para os Encontros Regionais. **II. E-mails enviados aos Conselheiros:** - Convocação para os Conselheiros José Araújo da Silva e Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo participarem do Seminário Nacional “Avanços e Desafios dos Direitos das Pessoas Idosas”, nos dias 24, 25 e 26 de agosto, em Brasília/DF. - Convocação para os Conselheiros Renato Francisco de Paula, Samuel Rodrigues, Antônio Kibça Silva Filho, Leila Pizzato, Gisele Tavares e José Ferreira da Crus para participarem de reunião sobre a proposta para elaboração de orientação aos Conselhos para implantação dos Conselhos Gestores da Rede Socioassistencial, no dia 09 de setembro de 2010; - Convocação para os Conselheiros Titulares e

*Suplentes, para participarem da 182ª Reunião Ordinária do CNAS, nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 2010, em Brasília/DF. - Convocação para os Conselheiros Renato Francisco dos Santos Paula, Fátima Aparecida Rampin, Samuel Rodrigues, Clodoaldo de Lima Leite, Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Branda Ferreira Silva, José Ferreira da Cruz, Marisa Rodrigues da Silva, Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Renato Saidel Coelho e Antônio Pereira Kbça da Silva Filho participarem da Reunião da Comissão de Conselhos, no dia 13 de setembro de 2010; - Convocação para os Conselheiros Clodoaldo Leite, Maria Aparecida Godoi, José Crus, Renato Saidel, Ana Carolina e Wagner Santana e convite ao assessor da Consultoria Jurídica do MDS, Dr. Douglas Locateli, para discussão e elaboração da proposta de orientações aos CAS para implementação da Resolução CNAS 16/2010, dia 10 de setembro de 2010; - Convocação para o Conselheiro Renato Saidel Coelho participar do Seminário sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS nº 109/2009, no dia 31 de agosto de 2010, em Osasco/SP; - Convocação para o Conselheiro Renato Saidel Coelho representar este CNAS na 98ª Reunião Ordinária da CIT, dia 1º de setembro de 2010, no Hotel Regente, em Belém/PA; - Convocação para os Conselheiros Carlos Rogério Nunes e Frederico Jorge Souza Leite, para participar do Encontro Regional dos Trabalhadores da Assistência Social do Centro-Oeste, nos dias 22 e 23 de setembro de 2010, em Cuiabá/MT; - Convocação para o Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula participar do Seminário Intersetorialidade do Controle Social, no dia 13 de setembro de 2010, em Goiânia/GO. - Convocação para o Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula participar da Reunião Ampliada do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONACEAS, dias 20 e 21 de setembro de 2010, e do Encontro Regional dos Trabalhadores da Assistência Social do Centro-Oeste, nos dias 22 e 23 de setembro de 2010, em Cuiabá/MT; - Convocação para o Conselheiro José Geraldo França Diniz para participar da Reunião Ampliada Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONACEAS, dia 20 de setembro de 2010, em Cuiabá/MT. - Pauta da 98ª Reunião Ordinária da CIT, que aconteceu no dia 1º de setembro de 2010, em Belém/PA, para os Conselheiros Carlos Eduardo Ferrari e Renato Saidel; - Resolução CNAS nº 25, de 10 de agosto de 2010, publicada no DOU em 18/08/2010; - Nota de falecimento da professora Dorina Gouvea Nowill, no dia 29 de agosto de 2010; - Questionário para contribuir com estudo sobre Controle Social e Participação Social na Administração Pública Federal, enviado pelo Ministério do Planejamento; - Comunicado do Presidente do CNAS sobre o parecer contrário da CONJUR no que se refere à promoção do Encontro com os candidatos à Presidência da República para discussão de propostas para a Assistência Social; - Aviso sobre a publicação de edital para seleção ao curso de especialização para Conselheiros Nacionais; - Portaria nº 691/2010, que designa as duas novas Conselheiras do CNAS, representantes da Sociedade Civil; - Pauta da 182ª Reunião Ordinária do CNAS; - Ata e degravação da 181ª Reunião Ordinária do CNAS; - Aviso aos Conselheiros Renato Saidel Coelho e Clodoaldo de Lima Leite sobre alteração no calendário de reuniões da CIT. **III. Participação do CNAS:** - Os Conselheiros José Araújo da Silva e Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo participaram do Seminário Nacional “Avanços e Desafios dos Direitos das Pessoas Idosas”, nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2010, em Brasília/DF; - O Presidente do CNAS, senhor Carlos Eduardo Ferrari, participou da XVIII Plenária do Consea Nacional, que contou com a presença do Excelentíssimo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, nesta ocasião, assinou o decreto que estabelece a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), no dia 25 de agosto, no Palácio do Itamaraty, em Brasília/DF; - O Presidente do CNAS, senhor Carlos Eduardo Ferrari, participou do Encontro Estadual que discutiu e consolidou as contribuições de Mato Grosso do Sul para a consulta pública sobre o processo eleitoral dos representantes da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); - A servidora Maria das Mercês Avelino de Carvalho participou como observadora da Assembléia Eleitoral do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP, para o mandato 2010/2012, dia 30 de agosto de 2010, em Brasília/DF; - O Conselheiro Renato Saidel Coelho participou do Seminário sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS nº 109/2009, dia 31 de agosto*

de 2010, em Osasco/SP; - O Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula participou do Seminário Intersetorialidade do Controle Social, dia 13 de setembro de 2010, em Goiânia/GO; - O Conselheiro Renato Sidel Coelho participou da 98ª Reunião Ordinária da CIT, dia 1º de setembro de 2010, em Belém/PA; - O Presidente do CNAS, senhor Carlos Eduardo Ferrari, participou da mesa de abertura do Ato em homenagem aos 5 anos do SUAS no Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social, dia 30 de agosto de 2010, em Belém/PA; - O Presidente do CNAS, senhor Carlos Eduardo Ferrari, participou do Seminário “Celebração das experiências – fortalecendo os avanços na garantia do direito à família”, em Foz do Iguaçu, no período de 2 a 4 de setembro de 2010, em Foz do Iguaçu/PR; - A servidora Liliane Neves do Carmo participou do Seminário para atualização dos Conselheiros sobre o Sistema de Controle Social e a Política Nacional de Assistência Social, em Recife/PE. **IV. Comunicado.** - Atendendo à solicitação do Presidente do CNAS, o Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, representou o CNAS no sepultamento da Sra. Dorina Gouvêa Nowill, solidarizando-se com seus familiares, trabalhadores e diretores da Fundação Dorina Nowill. **V. Audiência realizadas.** - Procedimentos adotados pelo CNAS, em 25/08/2010 – Solicitante: Fernando Antunes – da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP. Assunto: Apresentação do Processo de Eleição da Sociedade Civil no CONASP / Reestruturação do Conselho / Posse prevista para outubro/2010. Participantes: Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS; Liliane Neves do Carmo, Coordenadora de Conselhos; e Fernando Antunes/SE-CONASP. - Procedimentos adotados pelo CNAS, em 02/09/2010 – Solicitantes: Pe. Gabrielle Cipriani e Dr. Ricardo Cioglia (representantes da entidade Movimento de Educação de Base – MEB). Assunto: Competência para renovar o CEBAS, de acordo com a Lei 12.101/2009 – processo 71010.005136/2009-81, da entidade Movimento de Educação de Base – MEB. Participantes: Maria das Mercês Avelino de Carvalho, Secretária Executiva do CNAS; Christianne Menezes, Coordenadora da Comissão de Normas; Pe. Gabrielle Cipriani e Dr. Ricardo Cioglia. Providências: foi informado o encaminhamento do processo ao MEC, tendo em vista que área de atuação declarada pela entidade é educação. A entidade solicitará ao MEC que encaminhe o processo ao MDS, pois a entidade não promove educação formal. **VI. Site.** - Notícia Principal “Reunião CNAS com CEAS e CAS/DF”; - Notícia Principal “Processo de debate para a definição dos trabalhadores da Assistência Social”; - Criada pasta de acesso rápido para informações referentes à Reunião CNAS com CEAS e CAS/DF; - Atualização das listas dos: - Conselho do Distrito Federal de Assistência Social; - Conselhos Estaduais de Assistência Social; - Conselhos Municipais de Assistência Social (capitais); - Conselhos Municipais de Assistência Social. **VII. Aniversariantes de setembro.** José Araújo da Silva, dia 13; Wagner de Santana, dia 25; Clodoaldo Leite, dia 27. Registro do encaminhamento, pelo Conselheiro José Araújo, do relatório de participação no Seminário sobre o Idoso, enviado a todos os Conselheiros Nacionais”. O Conselheiro José Crus informou sua participação no dia 9, estando ausente nos dias 13 e 14. O Conselheiro José Araújo, que estava presente no evento, relatou a falta de alguns Conselheiros no Monitoramento do SUAS. O senhor Presidente informou sua participação em Brasília, na assinatura da Política Nacional de Segurança Alimentar e outra em Foz do Iguaçu, no Encontro da Rede Latinoamericana de Acolhimento Familiar, discorrendo sobre a importância da interlunção da Assistência Social com outras áreas. O Conselheiro Renato de Paula informou a realização de uma oficina de acompanhamento dos serviços da Proteção Social Básica, nos dias 9 e 10 de setembro, com a presença de representantes dos COEGEMAS, técnicos de referência dos serviços estruturantes da Proteção Social Básica, PAIF, o ProJovem Adolescente e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, representando o Conselho na mesa de abertura e discorrendo sobre os temas abordados. Comunicou o resultado final da implantação do PAIF com os recursos do Piso Básico de Transição, indicando os números finais de municípios que haviam preenchido o formulário para implantar CRAS e os que não o haviam feito. Informou que o PL SUAS encontrava-se na CCJ, na Câmara dos Deputados, com previsão de reunião da Comissão após o período eleitoral, para dar o prazo necessário para que o projeto seguisse em frente. Com relação aos Benefícios Eventuais, indicou que a SNAS

estava fazendo um movimento para divulgar o estudo feito em 2009 sobre sua regulamentação, sendo que em setembro seria realizado novo estudo sobre essa implementação, a partir das iniciativas já tomadas pelo MDS, esclarecendo como esse estudo seria efetivado. O Conselheiro Renato de Paula informou a respeito do modelo de apreciação de contas do IGD 2009, com informação da SENARC sobre a sua realização pelos Conselhos Municipais e os Conselhos Estaduais de Assistência, que seriam as instâncias de controle social responsáveis pela aprovação dessa prestação de contas. Comunicou o encontro da População em Situação de Rua com o Presidente Lula, relatando as reivindicações colocadas. Destacou que o CNAS havia agradecido e incentivado os municípios que haviam aceitado implementar os CREAS Pop, os CREAS para a população em situação de rua. **Informes da CIT.** A Conselheira Simone passou ao relato da Secretaria-Executiva da CIT, com a discussão de quatro pontos na reunião: primeiro, a importância da expansão de implantação dos CRAS e dos CREAS e, no caso da saúde, dos CAPS, discorrendo sobre esse procedimento e informando a abertura de uma segunda fase de expansão, com os mesmos critérios; segundo, destacou a dificuldade detectada nos municípios com relação à revisão cadastral do Programa Bolsa-Família, assim como o menor preenchimento do Plano de Ação e do Demonstrativo, com a CIT tendo solicitado ao MDS para fazer um diagnóstico, apresentado na Comissão pela SENARC e pela SNAS; terceiro, a expansão da consulta pública da NOB-SUAS 2010, com um balanço apresentado pela CIT, os eventos realizados e a solicitação formal do Conselho Nacional pedindo à CIT que expandisse a consulta até o dia 13 de outubro, o que foi acordado, com a Comissão revendo seu próprio calendário e informando as datas de reuniões agendadas; e, quarto, relatou que o Fórum de Secretários Estaduais de Assistência Social, FONSEAS, havia entregue oficialmente à CIT a revisão do Pacto de Aprimoramento da Gestão, relatando as novidades acontecidas, destacando no compromisso do Fórum a responsabilidade de garantir a acessibilidade, melhorando os indicadores do IDCRAS e IDCREAS, de acordo com as normas da ABNT. Indicou a solicitação do FONSEAS para que os indicadores de avaliação do Pacto fossem construídos pelo MDS junto com os Secretários Estaduais, possibilitando sua discussão técnica. Relatou a reunião que o MDS havia tido com o FONSEAS sobre o tratamento de um acordo pactuado na CIT e assinado entre as duas esferas de governo, oportunidade em que o Ministério havia reafirmado seu compromisso com o apoio técnico e financeiro aos estados, ressaltando a importância desse aporte financeiro e dando, também, um apoio técnico no repasse Fundo a Fundo. Destacou que havia dentro do MDS a vontade enorme de que o FONSEAS assumisse a responsabilidade como prioridade do apoio técnico e financeiro aos municípios, discussão que seria aprofundada na próxima reunião da CIT. Complementando, o Conselheiro Renato Saidel informou ter sido pedido da Comissão que se tentasse avaliar e se debruçar sobre a proposta da NOB-SUAS até dezembro e como seria encaminhado o assunto por meio da Presidência. A Conselheira Marisa indagou à Conselheira Simone o quantitativo dos municípios que não haviam cumprido a atualização, fazendo um apelo ao MDS, para que antes de responsabilizar os gestores municipais verificasse com mais aprofundamento com relação a essa questão, sobretudo na atualização do CadÚnico, discorrendo sobre o esforço que estava sendo realizado pelos Colegiados, articulando diretamente com todos os gestores e observando os prazos para que pudessem ser atendidos. Com relação ao CadÚnico informou as dificuldades no sistema, relatando os problemas de ordem operacional e solicitando à Conselheira Simone ajuda para a solução desses problemas, encontrando dificuldades no retorno dessas informações. A Conselheira Simone esclareceu ter sido feito um diagnóstico para saber se os problemas que estavam acontecendo do não-preenchimento do Plano de Ação e Demonstrativo e do Cadastro tinham a ver com falta de estrutura de computador e de acesso à internet, discorrendo sobre as dificuldades encontradas, principalmente quanto aos endereços e famílias não identificadas, com o MDS, SNAS e SENARC tendo que acompanhar e achar formas de resolver essa questão. Com relação aos municípios que não haviam implantado e que não fizeram o aceite, faltavam 200 para se ter CRAS em todos os municípios brasileiros. A Conselheira Gisele ponderou que esse diagnóstico não havia sido só a pesquisa nos instrumentos, nos sistemas, dando-se, também, pelo contato com vários municípios a partir da



identificação de uma amostra, discorrendo sobre os problemas detectados. Observou as falhas no processo de acompanhamento do Conselho, precisando ser fortalecido esse controle no sentido do acompanhamento das questões relacionadas ao financiamento, o que havia sido discutido e o seria novamente em conjunto com a Comissão de Conselhos na próxima reunião. O Conselheiro Sérgio Wanderly relatou as dificuldades encontradas nos municípios, assim como algumas questões do estado para o município e que também não estavam acontecendo, destacando a falta de pessoal para executar as ações e apoiando a fala da Conselheira Marisa. O Conselheiro Wagner reforçou as palavras do Conselheiro Sérgio Wanderly pelas dificuldades encontradas, principalmente no que tangia à questão dos Conselhos Municipais, com o município tendo que dar conta e atender o usuário na ponta. Ponderou que a consulta pública da NOB-SUAS trazia alguns avanços, mas também havia coisas que precisavam ser revistas, o que era importante ser feito, conforme o que havia sido colocado na Comissão de Normas. **Informes dos Conselheiros.** O Conselheiro Renato Saidel informou a presença na reunião do Fórum de Assistência Social em Osasco, no dia 31 de agosto, com discussão sobre a questão da tipificação. A Conselheira Marisa informou a realização do Encontro Estadual de Gestores e Profissionais da Área de Assistência Social, com discussão sobre a NOB SUAS e também festejando os cinco anos do SUAS, a se realizar no dia 8 em Natal, convidando a todos os presentes para esse evento. O Conselheiro Samuel informou o lançamento da cartilha “Direitos do Morador de Rua”, resultado da parceria entre o Movimento, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e vários outros parceiros, relatando seu conteúdo e que se encontrava à disposição de todos. Indicou a realização em Brasília, no dia 24, da Marcha Nacional, que havia culminado no encontro com a Ministra Márcia Lopes, Ministro Paulo Vanucci, Dr. Gilberto Carvalho, com apresentação de uma carta as principais reivindicações do Movimento, com a Ministra posicionando-se a favor desse Movimento e contra a violação dos seus direitos. Informou que haviam chegado ao final do Projeto de Fortalecimento do Movimento e que havia sido fundamental, relatando a parceria com o MDS e com a UNESCO. Lembrou que o Comitê de Implantação, Acompanhamento e Monitoramento da Política para População de Rua se reuniria dias 22 e 23, com a pauta trazendo o Termo de Adesão aos Municípios para a Política da População de Rua, discutindo sua implantação para novembro. Indicou que no dia 23 de dezembro, no encontro com o Presidente, seria importante que pudessem levar um maior número de prefeitos para a discussão e promover uma adesão maior da Política da População de Rua em vários municípios brasileiros. O Conselheiro Clodoaldo agradeceu a oportunidade de acompanhar o sepultamento da senhora Dorina de Gouvêa, no Rio, relatando a grande participação de vários segmentos e ressaltando a sua militância pela inclusão das pessoas com deficiência visual no país. A Conselheira Leila Pizzato divulgou o lançamento de um livro chamado “Assistência Social e filantropia”, retratando a história do Brasil em todo seu processo de filantropia, trazendo um texto do Vice-Presidente do CNAS. O Conselheiro Renato de Paula discorreu sobre o lançamento do livro em agosto no 13º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, “Assistência Social e filantropia – novo marco regulatório e o cenário contemporâneo de tensões entre o público e o privado”, informando os autores que haviam participado do mesmo. A Conselheira Eutália agradeceu ao CNAS, especialmente ao Presidente e Vice-Presidente pela presença no Encontro do FONSEAS, no Fórum de Secretários e Secretárias de Assistência Social, tendo sido comemorado os cinco anos do SUAS. Falou sobre o movimento do FONSEAS para a entrega, não de um novo Pacto, mas de uma nova versão sem alterações das prioridades nacionais, entregando oficialmente para a CIT para pactuação, tendo preservado todas as prioridades nacionais já aprovadas pelo Conselho. Destacou a questão do fortalecimento do controle social, do financiamento Fundo a Fundo na forma da transferência regular e automática para os serviços da Assistência Social e também a questão da acessibilidade e compromisso dos estados em sua instituição, discorrendo sobre as questões abordadas no documento. Relatou o compromisso da CIT em pactuar, possivelmente na reunião de outubro, sendo encaminhado para o conhecimento do Conselho Nacional, que já havia deliberado sobre o mesmo, sendo um aprimoramento do Pacto de Gestão e uma reafirmação dos estados na continuidade desse processo. Destacou a continuação da campanha pelo PL SUAS,

informando a realização de uma audiência com o Presidente da Comissão de Financiamento, deputado Genoíno, com a discussão nessa Comissão retornando a partir do período eleitoral, sendo importante o fortalecimento das articulações com os deputados daquela Comissão, com o comprometimento de cada Conselheiro nessa cobrança dos representantes dessa Comissão, diante das bancadas. A Conselheira Maria Aparecida relatou o trabalho realizado pelo Colegiado no Rio Grande do Norte, com três deputados nessa Comissão, destacando o trabalho realizado para a integralização e no apoio da PL. A Conselheira Eutália informou a campanha no site do FONSEAS, colhendo assinaturas em favor da aprovação do PL SUAS e encaminhando para os gabinetes dos deputados, no endereço [www.fonseas.org.br](http://www.fonseas.org.br). A Conselheira Simone ressaltou a importância da cartilha lançada pelo Movimento da população de rua, discorrendo sobre esse segmento e sua luta. Destacou a importância de que esse documento fosse enviado para todos os Conselhos Municipais, com uma carta do Conselho Nacional aos Conselhos Estaduais e Municipais para lutar a favor desse segmento. Enfatizou o papel que a OAB desempenhava na luta dos direitos socioassistenciais, destacando a importância de que os diversos benefícios estivessem incluídos nesse documento. Observou que talvez na próxima pauta, deveriam incluir como algo mais institucional do Conselho Nacional com relação ao PL SUAS, indicando o compromisso do Coordenador da Comissão para a confecção de um relatório. Destacou que depois do dia 3 e dia 5 outubro, o CNAS deveria ir à Comissão de Constituição e Justiça, convidando o FONSEAS, o CONGEMAS, o MDS e colocando o PL SUAS na agenda política. A Conselheira Maria Aparecida informou a participação, do dia 8 ao dia 12, em Cartagena, Colômbia, de um evento da Internacional dos Serviços Públicos, discutindo o ponto de vista dos trabalhadores e não só as Políticas Públicas no país, mas também a relação com a sociedade, os movimentos sociais e com os trabalhadores públicos, relatando os países participantes e os assuntos tratados. Indicou o compromisso para o início do ano, pós-conferência sobre os modelos de Assistência Social no Brasil, o controle social e da participação dos trabalhadores nos movimentos sociais. A Conselheira Ana Carolina informou sobre as ações realizadas para a criação de uma comissão para a discussão do direito socioassistencial. Comunicou a visita que a Comissão de Direito no Terceiro Setor e dos Movimentos Sociais realizaria ao município de Silves, para conhecer o funcionamento dos CRAS e CREAS. Solicitou autorização para representar o CNAS e posteriormente relatar sua visita, ao que o senhor Presidente esclareceu que essa petição deveria ser encaminhada à Presidência Ampliada para ser tratada formalmente. O Conselheiro Clodoaldo cumprimentou o trabalho realizado pela OAB e que muito ajudava na solução das questões sociais no país. O senhor Presidente informou que no dia 30 de setembro, no Hotel Real Tulip em São Paulo, a Federação Nacional das AVAPE's realizaria o Seminário "Mais sustentável", em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para discutir sustentabilidade das organizações, relatando as organizações participantes. Informou o novo site da Federação Nacional das AVAPE's, [fenavape.org.br](http://fenavape.org.br), convidando para todos o conhecessem. Falou sobre a reunião com os Conselhos Estaduais no dia anterior, propondo a discussão de alguns pontos, tais como, os encaminhamentos que foram dados, o papel e o comportamento desse Conselho na reunião, bem como a avaliação de seus resultados. A Conselheira Fátima destacou que o encontro havia sido muito positivo, com o CNAS precisando pensar em uma sistematização ou em uma continuidade desse tipo de encontro para alcançar seus objetivos. O Conselheiro José Araújo ponderou que se deveria institucionalizar pelo menos duas reuniões por ano, no primeiro e no segundo semestre. O Conselheiro Wagner encontrou interessante e positivo o encontro com os Conselhos Estaduais, cuja situação havia ficado mais clara, mostrando as diferenças entre os mesmos e a preocupação quanto ao recebimento das informações que precisavam ser esclarecidas. Observou que por mais que publicizassem as informações pelo Diário Oficial, que o CNAS encaminhasse essas normativas para cada Presidente de Conselho Estadual, chegando em tempo hábil, com eficiência e qualidade para que o controle social fosse fortalecido. A Conselheira Simone parabenizou o trabalho da Comissão de Conselhos, sendo esse o momento de orientar o processo de inscrição das entidades nos Conselhos Municipais, ressaltando a importância de fortalecer o controle social, mas também vincular as

entidades ao SUAS. Referiu-se à data da agenda colocada para maio, tendo que se preocupar com seu cumprimentando e parabenizando o Presidente e Vice-Presidente pelas colocações feitas, destacando a luta que vinha travando pela existência de Conselhos e realização das Conferências, com os Conselhos tendo que sentir que o CNAS conduzia suas deliberações. Indicou o prazo de dezembro, indagando se os ofícios de convocação já haviam sido expedidos, observando que até essa data poderiam sentir o rumo que estaria tomando a situação e de como ficariam o CONGEMAS, FONSEAS e o MDS, para ver se haveria condições políticas para refletir sobre o melhor tema para a Conferência. Sugeriu a recolocação das informações sobre a reunião do dia anterior para o CNAS, para não se perder tempo, podendo dar o tom da Reunião Ampliada em dezembro, além de outras ações que poderiam ser abordadas. Ponderou que caso isso não fosse possível, as questões deveriam ser abordadas na reunião de outubro ou no máximo na de novembro, citando os prazos da inscrição, da vinculação das entidades, da Conferência, do chamamento da Conferência Nacional, porque os municípios e os estados precisariam se sentir convocados. A Conselheira Simone solicitou o registro de suas colocações e a série de procedimentos que deveriam ser tomados até dezembro para já convocar a Conferência Nacional. Que o senhor Presidente fizesse um texto, em nome do Conselho Nacional, apresentando as orientações para todos os eventos do CNAS, comprometendo-se, juntamente com o Conselheiro José Crus a imprimir o material a ser divulgado nos encontros. O senhor Presidente informou ter acontecido uma reunião com a Secretária Nacional de Avaliação e Gestão da Informação, levando a preocupação de ter todo o apoio da SAGI nessa divulgação e fazer com que as orientações para a Resolução 16 chegassem aos Conselhos Municipais. A Conselheira Maria Aparecida indicou ter encontrado o evento muito produtivo, com os participantes atentos à apresentação feita pelo Conselheiro Renato, concordando que esse encontro fosse realizado ao menos duas vezes por ano, contribuindo para a aproximação mais efetiva entre o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais. Destacou que havia que aproveitar momentos, ouvindo e estimulando que os Conselhos Estaduais fizessem a mesma coisa com os Conselhos Municipais, discutindo os problemas e compartilhando as experiências exitosas, consolidando a prática do controle social, a discussão da política e a participação de cada ator social na sua construção. O Conselheiro Pedro Ost parabenizou a organização do encontro e a importância do tema tratado sobre a Resolução, esclarecendo as dúvidas existentes sobre a questão. Destacou as colocações feitas por alguns participantes com relação à importância conferida pelo CNAS aos demais Conselhos, melhorando sua atuação nos seus estados. Concluindo, o Conselheiro Pedro Ost referiu-se à apresentação feita pelo Conselheiro Renato sobre o tema a ser discutido na Conferência e o posicionamento adotado sobre a questão. O Conselheiro Clodoaldo relatou suas atividades em Conselhos Municipais e no Conselho Estadual, falando sobre as dificuldades de comunicação desse Conselho com os Conselhos Estaduais, criando-se uma grande oportunidade de comunicação entre essas instâncias deliberativas. Esclareceu que havia que se dar continuidade a isso, sistematizando essa atividade com relação aos Conselhos e destacando a tranquila postura do FONACEAS, grande parceiro nessa luta pela consolidação do SUAS. A Conselheira Marisa ressaltou o esforço feito para atender a agenda do encontro que havia sido muito positivo, ponderando ser esse o caminho para dar mais proximidade junto aos Conselhos Estaduais. Destacou ter sentido falta de maior participação dos Presidentes de Conselhos na discussão proposta, os quais poderiam ter sido questionados, relatando a verdadeira situação existente, faltando ouvir mais sobre a gestão desses Presidentes frente aos Conselhos Municipais. O senhor Presidente agradeceu a contribuição que o CNAS havia dado para possibilitar essa discussão, discorrendo sobre alguns pontos, cujo debate considerava muito importante. Destacou que esse momento havia criado muita expectativa, o que trazia responsabilidade ao CNAS, com os participantes saindo desse encontro com novas expectativas desse Conselho Nacional, sentindo-se em um processo mais participativo, mensagem essa que haviam querido transmitir. Que para isso acontecer teriam que pensar em uma agenda de trabalho, definindo estratégias para os momentos em que se reunissem novamente. Referiu-se à pauta de outubro, oportunidade em que poderiam resgatar essa discussão, dando-se um feedback para os Conselhos de como seria essa agenda. Referiu-se ao

FONACEAS, elemento fundamental e importante e que havia colocado algumas angústias, assim como o CNAS havia exposto suas reflexões. Ponderou que o SUAS se encontrava em um processo de construção, sendo entendido como suprapartidário, como um Sistema Único necessário para esse país e com novos atores e do qual o FONACEAS fazia parte. Encontrava que esse debate estava sendo iniciado da forma como deveria, com o CNAS participando na reunião do FONACEAS nos dias 20 e 21 de setembro, representado pelo Vice-Presidente. Concordou com a Conselheira Simone com a possibilidade de usar a Descentralizada e ir além desse evento, resgatando algumas questões de oficinas e a degravação do dia anterior, com as colocações feitas pelos presentes ao evento. Observou que havia gostado do tipo da reunião feita, sem mesas, com o caráter de encontro de trabalho, o que poderia ser aprimorado para os próximos eventos. O senhor Presidente colocou que se poderia melhorar a abordagem nas reuniões com os Conselhos Estaduais, assim como a estratégia de utilização das ferramentas de TI, pautando para essa reunião do Conselho, ou para uma das Comissões, indicando a de Política, apresentar uma proposta para essa utilização. Que se deveria encaminhar esse posicionamento, fazer um debate, levantar os dados existentes e talvez pesquisar o que outros Conselhos vinham fazendo para primoramento. O senhor Presidente observou que haviam colocado sobre a transmissão online e o que precisaria ser feito, verificando-se recursos e viabilidade, construindo-se um caminho nesse sentido e colocando que mais importante que essa transmissão era a recepção na ponta. A Conselheira Eutália discorreu sobre o excelente momento pelo qual o CNAS passava, discutindo-se o conteúdo da Política de Assistência Social, assim como a possibilidade de se aproximar dos Conselhos Estaduais, observando que seu número permitia que essa relação mais orgânica mais parceira pudesse se instituir, discorrendo sobre esse procedimento. Concordou com a Conselheira Maria Aparecida de que isso fosse criado de forma mais institucionalizada, como uma agenda dentro do CNAS, podendo realizar uma Reunião Ampliada do Conselho Nacional com os Conselhos Estaduais, os quais também participariam de alguns momentos da reunião do CNAS, registrando essa colocação. A Conselheira Simone discorreu sobre seu entendimento sobre a informação como uma ferramenta de fortalecimento do controle social para o Conselho Nacional, Estaduais e Municipais, assim como a melhor forma de ser assimilada. Destacou que o CNAS tinha que pensar na Conferência Nacional, compondo-se uma Comissão Organizadora e sugerindo que em princípio, isso ficasse na Comissão de Conselhos, mas com acompanhamento pelas demais Comissões. O Conselheiro José Geraldo, apesar de não ter participado da reunião, destacou sua preocupação sobre o fato de o CNAS normatizar sem conhecer as condições do executor, precisando ouvir mais cada Conselho. O Conselheiro Renato de Paula parabenizou a realização do evento e a condução dos trabalhos pelo senhor Presidente, solicitando o registro dessa colocação. Encontrou pertinentes as observações feitas pelos Conselheiros, sabendo-se das implicações na ponta e a construção das estratégias, para que se pudesse trabalhar a descentralização e a desconcentração como deveriam ser feitas. Destacou a importância da mediação na instância estadual, sem a qual as ações não cumpririam seus objetivos, ressaltando a importância que o CNAS continuasse essa interlocução com os Conselhos, o que os mesmos esperavam que acontecesse, atendendo as suas expectativas. Ressaltou que haviam conseguido alcançar o objetivo proposta com a discussão da Resolução 16, com o CNAS tendo condições de debates mais importantes, mais adiantados que os realizados nos Conselhos Estaduais e Municipais, por ter acesso a informações e procedimentos que o qualificava para fazer a discussão em um patamar de desenvolvimento que as outras instâncias nacionais, não necessariamente, estariam acompanhando, podendo se entrar em um consenso com a realização desses encontros. Parabenizou o trabalho realizado pelo CNAS, com os demais Conselhos tendo a oportunidade de manifestar seu entendimento, tratando-se de momento inédito, apresentando um resultado positivo, procedendo ao encaminhamento que emitir uma Resolução acompanhada de uma cartilha, ou orientações, ademais de encontros presenciais. Concluindo, o Conselheiro Renato de Paula parabenizou a todos, com esse procedimento tendo sido um grande acerto dessa gestão do CNAS, avançando na efetivação da Política. O senhor Presidente indicou que todas as anotações seriam transformadas em encaminhamentos,

informando que no dia seguinte aconteceriam os relatos das Comissões. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a reunião, convidando a todos para retornarem no dia seguinte. **ABERTURA.** O senhor Presidente deu início à 182ª RO do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, no dia 16 de setembro de 2010, solicitando à Secretária-Executiva que procedesse à conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira Maria Aparecida Godoi, Conselheira Marta, Conselheira Simone, Conselheiro Samuel, Conselheiro Clodoaldo, Conselheiro Carlos Ferrari, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Antônio Celso Pasquini, Conselheiro Sérgio Wanderly, Conselheiro José Geraldo e Conselheiro Frederico. Conselheiros Suplentes: Conselheira Iolete, Conselheiro Wagner, Conselheiro José Araújo, Conselheira Maria Auxiliadora, Conselheira Maria do Socorro, Conselheiro Renato Saidel, Conselheiro Antônio Kbça, Conselheira Lúcia Elena, Conselheira Leila, Conselheiro José Crus, Conselheira Marisa e Conselheira Ana Carolina. Prosseguindo, o senhor Presidente passou para o Item **Relato da Presidência Ampliada** pelo Conselheiro Frederico: *“Memória da Reunião da Presidência Ampliada de setembro de 2010. Data: 15/09/2010. Horário: 9hrs. Conselheiros: Carlos Eduardo Ferrari – Presidente; Renato Francisco dos Santos Paula – Vice; Antônio Celso Pasquini – Coordenadora da Comissão de Normas; Frederico Jorge de Souza Leite – Coordenador de Política; José Geraldo França Diniz – Coordenador da Comissão de Financiamento – Coordenadora da Comissão de Conselhos. Apoio: Maria das Mercês – Secretária Executiva; Silvani Saouza – Apoio do Gabinete do CNAS. Proposta de pauta para a 183ª Reunião Ordinária, 5, 6 e 7 de outubro de 2010. No dia 5/10/2010, terça-feira, de 9h às 12h, reunião da Comissão de Conselhos; de 14h às 18h, reunião da Comissão de Normas, reunião da Comissão de Financiamento e reunião da Comissão de Política; de 18h às 19h, reunião da Presidência Ampliada. Em 06/10/2010, quarta-feira, Plenária. De 9h às 9h15, aprovação da ata da 182ª Reunião Ordinária e da pauta. De 9h15 às 10h, informes da Presidência, Secretaria-Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros. De 10h às 12h, PL SUAS, reunião com a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. De 14h às 18h, Regimento Interno. Dia 07/10/2010, quinta-feira, Plenária. De 9h às 10h, relato da Presidência Ampliada. De 10h às 12h, relato da Comissão de Conselhos. De 14h às 15h, apresentação de parâmetros para discussão da tipificação de serviços em defesa de direitos e assessoramento. De 15h às 16h, relato da Comissão de Política. De 16h às 17h, relato do GT Benefícios Eventuais. De 17h às 18h, relato da Comissão de Financiamento. Ponto 2. Solicitação de pesquisa em ciência política da Universidade de West. A doutorando em ciências políticas, Nara Massaco Coca, está realizando pesquisa em que analisa as contribuições dos Conselhos Nacionais de Políticas Públicas para a democracia brasileira e, diante disso, solicita as seguintes informações para subsidiar a pesquisa. 1) Realizar entrevista de uma hora e meia com a Presidência do CNAS; 2) Obter lista de contatos e e-mails dos atuais Conselheiros para eventual agendamento de entrevistas adicionais e encaminhamentos de questionários eletrônicos. 3) Obter informações sobre a composição dos Conselhos, nomes dos Conselheiros e entidades de origem no período de 93 a 2010 e, se possível, lista de presença dos Conselheiros nas reuniões do Conselho. Nesta fase inicial da pesquisa ela gostaria de ter acesso, por meio eletrônico, à lista de Conselheiros da eleição passada e dos atuais e lista de presença, se possível, do período de 95 a 2010. Na segunda fase da pesquisa a pesquisadora retornará à Brasília no primeiro semestre de 2011 para entrevistar Conselheiros selecionados com base nos dados analisados na primeira fase. A Presidência Ampliada concedeu autorização à pesquisa e propôs que a Secretaria-Executiva providencie as informações solicitadas pela estudante, tendo em vista que são públicas. Ressalta que, conforme dispõe a Ordem de Serviço nº 2/2005, a interessada deverá se comprometer, após a conclusão de seu trabalho, a encaminhar cópia do relatório final, afim de que o mesmo seja levado ao conhecimento de Conselheiros do CNAS. Três, consulta pública sobre o processo eleitoral de representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência. A Presidência Ampliada propôs prorrogação do prazo para 120 dias a fim de receber as contribuições quanto ao processo eleitoral de representantes da sociedade civil, período em que será possível reforçar ações de mobilização junto aos Conselhos de*

*Assistência Social. Sugere-se pautar este assunto na Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS em dezembro de 2010. Quatro, a solicitação no CONANDA para retirada de parte do texto das orientações técnicas de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, aprovada pela Resolução CNAS e CONANDA nº 01, de 18 de junho de 2009, sobre o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes ameaçados de morte, conforme proposta anexa. A Presidência Ampliada propôs encaminhar demanda à Comissão de Política para discussão e análise de proposta de alterações do texto e construção de uma nova Resolução. Ressaltou-se a importância de manutenção de abrigos locais que garantam sigilo quanto ao atendimento aos adolescentes ameaçados de morte. Cinco, identidade visual do CNAS, criação de logomarca própria. Diante da necessidade de criação de uma logomarca própria para o CNAS, a Presidência Ampliada apresenta a sugestão de um concurso para tal escolha. Para tanto é necessária a criação de um GT para tratar do tema, que deverá contar com as contribuições e parceria da ASCOM, principalmente quanto às orientações para a publicação de edital e sugestões para o processo aberto dos Conselheiros Nacionais, dos Conselhos de Assistência Social e dos servidores do CNAS e MDS. Seis, solicitação de alteração na data da oficina sobre o Acórdão do TCU. Diante da agenda de compromissos da Ministra Márcia Lopes, solicitaram ao CNAS que verifique a possibilidade de alteração na data do Encontro Regional com Trabalhadores da Assistência Social, de 28 e 29 para 27 e 28, tendo em vista que a Ministra estará em São Paulo na manhã do dia 27 do mês de setembro. A Presidência Ampliada propõe alteração na data da oficina do TCU para a data de 26, 27 e 28 de outubro de 2010 em virtude da realização do Seminário Internacional de Benefício de Prestação Continuada do BPC, que será realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, no dia 8, 9 e 10 de novembro de 2010, em Brasília, coincidindo com a da oficina. Ressaltou-se a inviabilidade de mudança na data do seminário, observando-se o Termo de Referência e tendo em vista que os convites aos participantes internacionais já foram enviados. Sete, relatório da Secretaria de Assistência e Promoção Social de Osasco, em resposta à fiscalização do Conselho Regional de Psicologia, CRP 6, Região São Paulo, ao Serviço de Acolhimento Casa de Passagem, Casa Vida Nova Osasco, que se refere à denúncia de suposto abuso sexual contra dois adolescentes pelo chefe administrativo da citada unidade. O ofício circular oriundo do Conselho Regional de Psicologia informa que a referida denúncia foi enviada ao Ministério Público do Estado de São Paulo, Vara da Infância e Juventude da Comarca de Osasco, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Promotoria de Justiça em Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude da Capital, dentro outros órgãos públicos para adoção de medidas cabíveis. Diante disto a Presidência Ampliada sugere encaminhar resposta à Secretaria de Assistência e Promoção Social de Osasco sobre a ciência deste Conselho e o acompanhamento da denúncia por meio daquela Secretaria. Oito, convites. 8.1. O CNAS de Marília, São Paulo, convida o Presidente Carlos Ferrari a proferir palestra sobre a Resolução 16/2010 sobre a implicação dos serviços socioassistenciais em data a ser sugerida pelo CNAS para prestar esclarecimentos aos membros daquele Conselho e para um público de 546 entidades cadastradas naquele CMAS. A Presidência Ampliada indicou o Presidente Carlos Ferrari para representar o CNAS no evento. 8.2. O CEAS/SE solicita indicação de um Conselheiro do CNAS para ministrar palestra no Fórum de Eleição da Sociedade Civil do CEAS/SE, gestão 2010/2012, a ser realizado no dia 21/10/10 com o tema “O papel do Conselho e do Conselheiro no exercício do controle social”. A Presidência Ampliada indicou o Presidente Carlos Ferrari para ministrar palestra no mencionado fórum. 8.3. O Conselheiro de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, irá realizar o “Seminário Internacional sobre Governança Global – o papel dos Conselhos Econômicos e Sociais e de instituições similares no novo modelo de governança econômica e social e ambiental global” no próximo dia 16, hoje, de setembro, de 10h às 17h, no Hotel San Marco, em Brasília, conforme programação anexa. O objetivo do seminário é a obtenção de subsídios que permitam examinar o papel da sociedade civil organizada e dos Conselhos Econômicos e Sociais e instituições similares no novo modelo de desenvolvimento mundial que vem se delineando a partir da 1ª década do século XXI e que contempla as dimensões*

*econômica, social e ambiental. A idéia é de suscitar novos debates, perspectivas e desafios da governança global, frente ao novo cenário internacional e nacional. O evento contará com a presença do Ministro Alexandre Padilha e do Presidente da Alcesis, Antônio Marzano, e palestra de Jean James Albright, Cláudio Salvador Dedeca, Eduardo Viola Xavier, Júlio Montivinci. A Presidência Ampliada indicou o Vice-presidente Renato Francisco dos Santos Paula para participar do evento.*

*8.4. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Araraquara convida o Presidente do CNAS ou um representante para compor a mesa que tratará dos parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações da assistência social durante o Seminário Regional Intersetorial sobre a Lei nº 12101/2009, prevista para o dia 30 de setembro, às 9 horas, no referido município. O Município de Araraquara realizará nos dias 28 e 29 de setembro o Seminário Regional e Intersetorial sobre a nova lei de certificação de entidades beneficentes de Assistência Social e convida o CNAS para a mesa redonda que tratará sobre o controle social do SUAS e parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações da assistência social. O evento contará com a presença dos municípios que compõem as quatro macro regiões. São elas: Araraquara, 26 municípios; Barretos, 19 municípios; Franca, 23 municípios; Ribeirão Preto, 25 municípios, totalizando 93 municípios. A Presidência Ampliada indicou a Conselheira Gisele Tavares, que represente o CNAS no referido Seminário.*

*8.5. O COEGEMAS convida o Presidente do CNAS para participar da Reunião Ampliada, no Rio Grande do Norte, Encontro Estadual de Gestores e Profissionais da Área de Assistência Social, no dia 24 de setembro, às 9 horas, em Natal para compor mesa para tratar do tema NOB SUAS 2010. A Presidência Ampliada indicou o Presidente Carlos Ferrari para o mencionado encontro.*

*8.6. O CONSEA convida o Presidente do CNAS para participar da XIX Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que discutirá o Programa Bolsa Família, no dia 6 de outubro, no Palácio do Planalto. Ressalta-se que haverá uma reunião preparatória no dia 15 de setembro, ocorreu ontem, por sinal, no qual aquele Conselho solicita um representante do CNAS. A Presidência Ampliada indicou a Conselheira Gisele Tavares para representar o CNAS no referido seminário. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS.”*

Com relação ao item sobre a proposta de pauta para o mês de outubro o Conselheiro Celso Pasquini informou que a Comissão de Normas havia feito um planejamento de atividades até o mês de outubro, relatando que não haviam conseguido avançar, abrindo mão do espaço no dia seis, das 14h às 18h, para discussão do Regimento Interno, discussão pautada para a reunião da Comissão de Normas em outubro. O senhor Presidente submeteu à Plenária o reordenamento da pauta, com o Conselheiro José Crus propondo a discussão da NOB SUAS nesse horário, ao que o senhor Presidente sugeriu que o tema fosse pautado nas Comissões. Prosseguindo, o senhor Presidente esclareceu que estavam pensando em pautar a NOB em novembro, considerando o volume de assuntos a serem discutido. O Conselheiro Renato Saidel ponderou que na Plenária do dia seguinte, se fosse feito o relato das Comissões da reunião da quarta-feira, mais os relatos das reuniões especificamente sobre a NOB SUAS, não haveria tempo hábil para todos os relatos e aprovação em Plenária. Sugeriu que sse solicitasse à Secretaria-Executiva elaborar as versões preliminares e encaminhar por e-mail, para que na próxima Plenária se proseguisse o debate e se fizesse o fechamento das memórias de reunião. A Conselheira Simone esclareceu que durante esse período estariam em consulta pública, para cuja discussão o CNAS teria que aprofundar na NOB. O Conselheiro José Crus destacou ser importante que tivessem o domínio do conteúdo e do que estava em discussão, colocando-se à disposição para participar das Comissões e auxiliar nesse processo. A Conselheira Simone indicou que participava da Comissão de Normas, a Conselheira Gisele da Comissão de Conselhos e Financiamento e o Conselheiro José Crus da Comissão de Política, comprometendo-se a colocar mais um membro de sua equipe em cada Comissão. O senhor Presidente propôs como encaminhamento, que sentaria juntamente com o vice-Presidente e com a Secretaria-Executiva, para ordenar e conseguir trazer na quinta-feira os relatos das Comissões, para que o trabalho fossem bem distribuído nesses dois dias anteriores. Lembrou que a organização para a mobilização do PL SUAS também estava pautada e se a Plenária autorizasse essa flexibilidade, trabalhariam nessa questão. A seguir, passou para o **Item 2.**

**Solicitação de pesquisa em ciência política da Universidade de Westminster**, com a Presidência Ampliada propondo a concessão de autorização para a pesquisa e que a Secretaria-Executiva providenciasse as informações solicitadas pela estudante, tendo em vista que as mesmas eram públicas. Informou que o relatório resultante seria encaminhado ao Pleno para conhecimento, o qual aprovou essa solicitação. **Item 3. Consulta pública sobre o processo eleitoral dos representantes da Sociedade Civil.** A Conselheira Simone indagou como o assunto seria levado para a Reunião Ampliada, com o senhor Presidente esclarecendo que seria feita compilação dos dados da consulta pública, levado para debate e posteriormente se fecharia esse trabalho. O senhor Presidente indagou se havia mais alguma observação. Em não havendo, o item foi aprovado pelo Pleno. **Item 4. Solicitação do CONANDA para retirada do texto das orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** A Conselheira Lúcia Elena indagou se haveria discussão na Comissão, com o senhor Presidente esclarecendo que haveria o relato da Comissão de Política para conhecimento dos Conselheiros. O senhor Presidente esclareceu que essa demanda havia sido colocada em caráter de urgência pelo CONANDA, assunto que já havia sido pautado na reunião do dia anterior, com o Item sendo considerado vencido. **Item 5. Identidade visual do CNAS, criação de logomarca própria.** Esclareceu que se estava propondo um concurso para criar a logomarca do Conselho Nacional, desenvolvendo o controle social nos Conselhos Estaduais e Municipais, sugerindo a criação de um GT para conduzir esse processo. O Conselheiro Renato Saidel indicou o nome da Conselheira Ana Carolina e do Conselheiro José Araújo. O Conselheiro José Crus informou que a Assessoria de comunicação estava à disposição deste Conselho, com uma coordenação específica que desenvolvia todas as logomarcas. O senhor Presidente indicou sobre a reunião realizada com a ASCOM, que havia proposto ajudar e dar todo o suporte técnico e com quem o GT poderia contar nessa tarefa. O Conselheiro Clodoaldo destacou a importância de se realizar esse concurso, com o Conselheiro Pedro Ost indicando que essa logomarca ajudaria o Conselho a ter uma identificação. A Conselheira Ana Carolina colocou a urgência que isso fosse efetivado, visto que as atividades para a Conferência deveriam ser iniciadas, sugerindo a realização de um trabalho interno, envolvendo o Conselho Nacional, Conselhos Estaduais e Municipais para a escolha da logomarca. O senhor Presidente citou os nomes dos Conselheiros Ana Carolina, José Araújo, José Crus e Marisa para compor o GT, dando por encerrado esse Item. **Item 6. Solicitação da data de operação da oficina em atendimento ao Acórdão do TCU.** Em não havendo inscrições, considerou aprovada a sugestão de, 26, 27 e 28 de outubro, indagando se haveria manifestações sobre o Relatório da Secretaria de Assistência e Promoção Social de Osasco, com o encaminhamento sendo acatado pelo Pleno. O Conselheiro Renato Saidel lembrou a existência da Resolução nº 11/202, em cujos termos essa denúncia deveria ser processada, ao que o senhor Presidente observou que a mesma havia sido encaminhada ao Conselho Estadual, instância de deliberação da Política, submetendo esse encaminhamento do Conselheiro Renato Saidel à Plenária. A Conselheira Simone ponderou que quando recebiam alguma denúncia, indicavam o seguimento da Resolução, o que não havia sido feito, indagando o porquê, visto existir regulamentação a respeito. A Secretária-Executiva esclareceu que o documento de denúncia estava com o Conselheiro Frederico, que repassaria as informações sobre o assunto e que informou os órgãos para os quais haviam encaminhado essa denúncia. A Secretária-Executiva esclareceu que como haviam ficado em dúvida com relação à aplicação da Resolução, haviam decidido pelo seu encaminhamento à Presidência Ampliada. O senhor Presidente considerou acatado o encaminhamento da Presidência Ampliada. **Item 8. Convites.** A Conselheira Marisa informou a nova data que o evento se realizaria no dia 8 de outubro, reiterando o convite a todos os gestores do Rio Grande do Norte e técnicos e esperando contar com a presença do senhor Presidente nesse encontro. A Conselheira Simone indagou sobre o evento do CONANDA para discussão do Programa Bolsa-Família, com o senhor Presidente informando que se realizaria uma reunião no dia 6 de outubro, chocando com a data de realização da Plenária. Destacou a importância da participação da Conselheira Gisele nesse evento, por estar em duas Comissões ligadas ao tema, a Comissão de Acompanhamento de Conselhos e Comissão de



Financiamento, propondo-se a entrar em contato com a Secretaria-Executiva do CONSEA para esclarecimentos, informando o recebimento de um convite para esse evento, com a Secretária-Executiva procedendo à sua leitura. O senhor Presidente lembrou que haviam participado no debate da construção do Decreto da Política Nacional de Segurança Alimentar, sendo muito importante essa aproximação. Em não havendo mais nenhuma colocação, o senhor Presidente considerou aprovado o relato da Presidência Ampliada. Informou que na última reunião haviam revisado as metas do Planejamento Estratégico, sendo colocado pelo Conselheiro Renato Saidel uma solicitação para apresentação do quadro funcional do CNAS pela Secretaria-Executiva. A Secretária-Executiva passou a discorrer sobre as atribuições da Secretaria-Executiva, baseadas no Regimento Interno atual. Lembrou que a Secretaria-Executiva havia feito uma nova proposta para o Regimento Interno e que estava sendo discutida na Comissão de Normas. Ressaltou que a Secretaria-Executiva buscava trazer para os Conselheiros todas as atividades que executava no seu cotidiano, para que também conhecessem a rotina administrativa do CNAS, passando a elencar as ações desenvolvidas pelos seus diversos setores. O senhor Presidente, agradecendo, destacou a importância dessas atividades para o desenvolvimento dos trabalhos do CNAS. A seguir, os Conselheiros discorreram sobre os bons serviços prestados pela Secretaria-Executiva, o grande volume de trabalho e a necessidade maior número de servidores para atender a demanda existente, assim como a necessidade de suporte técnico, político e logístico para se alcançar os objetivos propostos. Agradecendo as colocações, a Secretária-Executiva relatou os trabalhos realizados para o novo Regimento Interno, ressaltando a necessidade de melhores condições de trabalho e assim poder atender todas as ações demandadas para a Secretaria-Executiva. A Conselheira Simone ponderou que estava registrado o que haviam feito e não o que gostariam de ter realizado, com o senhor Presidente informando que na proposta orçamentária do próximo ano havia um substancial aumento para atender essa questão. O Conselheiro Frederico reforçou o encaminhamento dado pelo Conselheiro Clodoaldo de fazer gestão para melhoria dessa situação, com a Conselheira Maria Aparecida colocando a necessidade de se pensar em qual era a estrutura que esse Conselho necessitaria para o próximo período. O senhor Presidente, com relação ao encaminhamento feito pelo Conselheiro Clodoaldo, encontrava pertinente sentar com a Secretaria-Executiva, relatando a reunião que havia sido com a Ministra e seu posicionamento favorável ao redesenho do layout desse Conselho, podendo se aprimorar esse debate quanto aos recursos humanos. Dirigindo-se à Conselheira Maria Aparecida, ponderou que suas colocações passavam pelo debate que estava sendo feito do Regimento, trazendo as demandas a serem atendidas. Destacou que a aprovação do PL SUAS era fundamental, com esse avanço e outros sendo necessário alcançar, encontrando muito importante esse debate realizado.

**ENCERRAMENTO.** O senhor Presidente encerrou os trabalhos para o almoço, convidando a todos para retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reuniciando a reunião, o senhor Presidente solicitou à Secretária-Executiva a conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira Fátima Rampim, Conselheira Simone, Conselheiro Samuel, Conselheiro Clodoaldo, Conselheiro Carlos Ferrari, Conselheiro Pedro Ost, Conselheiro Antônio Celso Pasquini, Conselheiro Sérgio Wanderly, Conselheiro José Geraldo e Conselheiro Frederico. Conselheiros Suplentes: Conselheira Iolete, Conselheiro Wagner, Conselheiro José Araújo, Conselheira Maria do Socorro, Conselheiro Reverendo Renato Saidel, Conselheiro Antônio Kibça, Conselheira Lucia Elena, Conselheira Leila e Conselheira Marisa. A seguir, prosseguiu com o Item Relato da Comissão de Financiamento. O Conselheiro José Geraldo passou à leitura da **“Memória de reunião. Reunião da Comissão de Financiamento da Assistência Social. Data: 15/09/2010, Conselheiros presentes: Carlos Eduardo Ferrari, José Geraldo França Diniz, Sérgio Wanderly, Irmão Pedro Ost, Maria Aparecida do Amaral Godói, Antônio Pereira Kibça, Gisele de Cássia Tavares, Eutália Barbosa Rodrigues, Iolete Ribeiro da Silva. Ausências Justificadas: Brenda Ferreira Silva e Luíza Fernandes Machado. Convidados: Iêda Maria Nobre de Castro, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, e Maria Joaquina de Jesus, Presidente do CEAS de Goiás. Apoio: Maria das Mercês de Avelino Carvalho, Jamile Calado e, Ana Julia Siqueira. Encontro com o FONSEAS sobre o**

repassa Fundo a Fundo e construção junto ao CONGEMAS, de uma carta de compromisso com o financiamento da política de Assistência Social. Estiveram presentes a presidente do FONSEAS, Eutália Barbosa Rodrigues e a presidente do CONGEMAS, Iêda Nobre de Castro. As convidadas juntamente com a Comissão de Financiamento, ressaltam a importância da construção de uma carta assinada pelo CNAS, FONSEAS e CONGEMAS, a ser encaminhada aos Governadores eleitos e candidatos (em caso de 2º turno), que discorra sobre o compromisso que deve ser firmado com a política nacional de Assistência Social e seu financiamento. Foi informado pelas respectivas presidentes que tanto o FONSEAS quanto o CONGEMAS elaboraram recentemente documentos que versam sobre o assunto e que os mesmos poderão servir de base para elaboração da carta conjunta com o CNAS. A responsabilidade dos estados face à política nacional de Assistência Social, bem como o entendimento da sociedade sobre o funcionamento da Assistência Social nortearam as discussões, citando como exemplo a transferência regular e automática dos recursos, convênios e a existência de outros fundos, que financiam a Assistência Social, como o Fundo de Combate à Pobreza, o que desobedece ao comando único. Após o debate, foi definido que o texto deverá conter um preâmbulo que discorrerá sobre aspectos gerais do tema, e que, no desenvolvimento do assunto, será abordado a natureza do financiamento fonte, forma do financiamento, mecanismos, a magnitude de gasto e o objeto do gasto, destacando os seguintes pontos: adesão plena ao SUAS, compromisso com o orçamento e garantia do financiamento da Assistência Social, vinculação ao Fundo de Combate à Pobreza, ao financiamento da Assistência Social, inclusive estabelecendo percentuais. Concurso público para a área da Assistência Social e apoio, é que faltou uma palavra, e apoio à aprovação do PL SUAS. Por fim, foi formado o grupo para elaboração da carta de compromisso CNAS, FONSEAS e CONGEMAS, composto pela assessoria do FONSEAS, pela presidente do CONGEMAS, Iêda Maria Nobre de Castro, pela Conselheira Gisele Tavares, com a colaboração dos demais Conselheiros da Comissão e a Coordenação da Secretaria Executiva do CNAS. Encaminhamentos: A Comissão de Financiamento sugere que: O FONSEAS e o CONGEMAS deverão encaminhar os documentos já produzidos por e-mail [cnas.financiamento@mds.gov.br](mailto:cnas.financiamento@mds.gov.br) e após o recebimento dos mesmos a Secretaria-Executiva deverá enviá-los aos Conselheiros da Comissão de Financiamento; a Secretaria-Executiva consolidará o texto, a partir das colaborações encaminhadas pelos Conselheiros, pelo FONSEAS e pelo CONGEMAS; pautar na próxima reunião da Comissão a leitura do texto consolidado; aprovar a carta em plenário e publicizá-la, com eventos específicos em cada estado e no DF; encaminhar a carta de compromisso aos governadores e aos candidatos, em caso de 2º turno.

Item II. Relatório de gestão 2009 do CNAS. A Secretaria Executiva do CNAS apresentou o relatório de gestão 2009 do CNAS, que foi encaminhado ao TCU, no qual demonstra em quais atividades foram executados os recursos da ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. O referido relatório contém informações sobre reuniões realizadas, plenárias, comissões, grupos de trabalho e ampliadas, resoluções normativas e/ou reguladoras do exercício de 2009, VII Conferência Nacional, julgamento de processos, assuntos de deliberações contidas no endereço eletrônico do CNAS, organograma de recursos humanos, bem como temas que foram pautados neste Conselho. Foi apresentada também a última atualização, datada de 16/08/2010, encaminhada pela Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS, ao CNAS, da ação 8249. Isto posto, foi comunicado aos Conselheiros que em face das atividades a serem desenvolvidas pelo CNAS neste segundo semestre, o orçamento da referida ação foi programado para o restante do ano de 2010, a fim de cumprir a agenda do Conselho Nacional. Encaminhamentos. Bom, antes de ler o primeiro encaminhamento, eu gostaria de prestar um esclarecimento a cada um dos Conselheiros que não fazem parte da Comissão de Financiamento. Foi deliberado na Comissão de Financiamento o encaminhamento do relatório mensal de execução da ação 249, 8249, a todos os Conselheiros. Para que os Conselheiros tomem conhecimento de como é que está sendo executada a ação de manutenção do CNAS, em que itens de despesa os recursos estão sendo gastos. Então será encaminhado aos Conselheiros Nacionais mensalmente por e-mail o relatório de execução da ação 8249, porque, formalmente a gente examina a

*execução trimestralmente! E aí, não é só do funcionamento do Conselho, é a execução da Secretaria Nacional de Assistência Social também! Discutir junto à Comissão de Conselhos no próximo mês orientações para o CEAS e Conselhos Municipais quanto à elaboração, execução e acompanhamento de seu orçamento. Elaborar instruções sobre as atribuições e competências das Secretarias executivas dos Conselhos, em especial quanto à ação orçamentária para o funcionamento do Conselho. Item III. Apresentação a ser realizada pelo Conselheiro José Geraldo sobre a elaboração do acompanhamento orçamentário. Em função do peso da agenda e do tempo, esse assunto ficou para ser pautado em novembro. Só esclarecendo, esta apresentação, na realidade, é uma forma inicial de começar a dar uma capacitação para os Conselheiros em termos de matéria orçamentária a nível Federal. IV. Consolidado acerca das normativas que tratam do financiamento da Assistência Social. A Comissão tomou ciência dos documentos encaminhados ao CNAS. Encaminhamento. Em face da exigüidade de tempo para as discussões, pautar este assunto em novembro, e aí, Simone, eu abro um parênteses aqui, para pedir para você, porque na realidade o que havíamos pedido não foi atendido. Porque o que a gente tinha pedido eram as normativas sobre o financiamento. Então, houve um problema de comunicação, certamente, mas depois a gente resolve isto. Processo de revisão da NOB SUAS 2005. Em decorrência da importância do tema, e a fim de nortear a discussão no que tange ao financiamento da Assistência Social na NOB SUAS 2010, foi proposta a seguinte metodologia: estudo individual sobre o assunto e análise do tema na comissão. Encaminhamentos. A Comissão de Financiamento sugere que a Secretaria-Executiva disponibilize aos Conselheiros da Comissão, urgentemente, o material impresso que dispõe sobre o financiamento, um documento de consulta sobre a NOB-SUAS. Aprofundar a discussão em outubro, sobre o financiamento da proposta NOB-SUAS. VI. Revisão das metas do CNAS estabelecidas no planejamento estratégico. Em face da agenda do CNAS para o 2º semestre, a Comissão sugere que as Comissões pautem até o final do ano o assunto. VII. Pauta para outubro. 7.1. Comissão de Financiamento. Análise do relatório da execução orçamentária e financeira do FNAS, exercício 2010, terceiro trimestre. Discussão da NOB SUAS e discussão e formatação final da carta compromisso CNAS, FONSEAS e CONGEMAS. 7.2. Reunião conjunta com a Comissão de Conselhos, que visa à promoção de capacitação e orientação a ser realizada pelo Conselheiro Geral de Contabilidade para os Conselhos Municipais, Estaduais e DF, sobre o papel do contador no desempenho de sua função face ao orçamento da Assistência Social. Orientações para o CEAS e CMAS quanto à elaboração e execução, e acompanhamento de seu orçamento. Por mim assinado, José Geraldo França Diniz”. A seguir, o senhor Presidente passou ao **Item 1. Carta ao FONSEAS e CONGEMAS**, não havendo nenhuma inscrição. **Item 2. Relato de gestão, ação 8249, Item 3. Apresentação do Conselheiro para novembro deste ano, com esses itens sendo aprovados pelo Pleno. Item 4. Consolidado acerca das normativas que tratam do financiamento.** A Conselheira Simone informou ao Conselho Nacional e ao Presidente da Comissão, que havia um acordo do MDS com o IPEA para que realizasse alguns estudos, um dos quais sobre financiamento da Assistência Social, a ser concluído e divulgado oportunamente, relatando que haviam tratado: primeiro, resgate de uma linguagem orçamentária; segundo, como era o orçamento antes e depois do SUAS; e, terceiro, conclusão feita pelo estudo, que subsidiaria a discussão do CNAS das mudanças propostas, além dos desafios colocados do ponto de vista do financiamento, para a própria área. Destacou a importância do conhecimento desse estudo, ressaltando a parceria do Ministério do Planejamento em diversas áreas, uma das quais acompanhava o orçamento e suas mudanças. Relatou que tinham uma equipe interessada na Assistência Social e que também estudava a NOB, o que era muito importante. Destacou que a NOB interessaria particularmente ao Ministério do Planejamento, por induzir o Planejamento de Estados e Municípios, informando a distribuição de uma revista do IPEA que trazia como capa: “*Perspectivas, o planejamento brasileiro volta ao centro do debate, para o crescimento com justiça social, equidade, sustentabilidade e consolidação da democracia*”. A Conselheira Simone destacou que era muito importante que as Comissões pudessem aprofundar o debate da NOB, trazendo outras pessoas para ajudar na tomada de decisões com relação a essa questão e no seu debate pelas Comissões. O senhor*

Presidente observou que essa fala visava a pauta de outubro, sendo importante contar com esse material para a construção da NOB. Em não havendo mais nenhuma colocação, o senhor Presidente considerou o item aprovado. Item 5. Revisão da NOB SUAS; Item 6. Revisão das metas do CNAS, previstas no Planejamento daqui até o final do ano. Item 7. Pauta da Comissão para outubro, 7.2, Reunião conjunta com a Comissão de Conselhos. Em não havendo nenhuma manifestação os itens foram aprovados pelo Pleno. A Conselheira Fátima passou à leitura da “*Memória da Comissão de Conselhos. Data: 13 de setembro de 2010. Local: Sala 108 do CNAS. Horário: 14h às 18h. Conselheiros presentes: Fátima Aparecida Rampin; Gisele de Cássia Tavares; Clodoaldo de Lima Leite; Marisa Rodrigues da Silva; Renato Saidel Coelho; Samuel Rodrigues; Antônio Pereira Kbça da Silva Filho; e, Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo. Ausências justificadas: Renato Francisco dos Santos Paula; José Ferreira Crus; Brenda Ferreira Silva; e, Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria. Apoio da Secretaria-Executiva: Liliane Neves do Carmo; Giovana Rocha Veloso; e, Eduardo Augusto Rodrigues de Barros. 1. Coordenação da Comissão: A Conselheira Gisele Tavares assumiu a coordenação da Comissão, continuando como Coordenadora-Adjunta a Conselheira Fátima Rampin. 2. Elaboração de orientações para implementação da Resolução CNAS nº 16/2010. A Plenária de agosto deliberou que os (as) Conselheiros (as) Ana Carolina, Clodoaldo de Lima Leite, José Crus, Maria Aparecida, Renato Saidel e Wagner Carneiro de Santana e, como convidado, o doutor Douglas Locateli, da CONJUR/MDS analisassem o documento intitulado “Orientações aos Conselhos de Assistência Social para implementação da Resolução CNAS nº16/2010”, apresentado pela Secretaria-Executiva. Os já citados Conselheiros reuniram-se no dia 10 de setembro e apresentaram o documento na reunião da Comissão do dia 13 de setembro. Essa, entendendo a necessidade de alguns ajustes no texto, sugere reunião extraordinária desse grupo. Sugestão de encaminhamento: 1. Definir data para a referida reunião extraordinária. 3. Questões referentes aos Conselhos de Assistência Social. A Comissão obteve conhecimento do conteúdo do ofício nº 78/2010 enviado a esse Conselho Nacional pelo CEAS do Maranhão, que informa sobre a situação vivenciada por esse na ocasião da posse dos novos Conselheiros. Diante disso, entendeu-se ser necessário consulta junto à CONJUR/MDS para discutir a questão e, posteriormente, tomar os devidos procedimentos. Sugestão de encaminhamentos: 1. Enviar o ofício à CONJUR/MDS para manifestação desse órgão; 2. Enviar aos Conselheiros, cópia do ofício e da mensagem eletrônica recebidos pelo CNAS, para análise de seu conteúdo; 3. Incorporar conteúdo da Resolução CNAS nº 11/2010, que trata de denúncias recebidas pelo CNAS no debate a ser realizado acerca do tema em questão. 4. Elaboração de orientações para a implantação dos Conselhos Gestores. A Plenária designou aos Conselhos Samuel Rodrigues, José Crus, Renato Francisco dos Santos Paula e Antônio Kbça, Leila Pizzato e Gisele Tavares a discussão e elaboração de minuta dessas orientações, para apreciação no mês de setembro de 2010. Esse grupo se reuniu no dia 09 de setembro e, tendo em vista a complexidade do debate e a necessidade de pesquisas bibliográficas referentes ao assunto, sugerimos reunião extraordinária. Encaminhamento: 1. Agendar reunião extraordinária com data a ser definida. 5. Reunião Extraordinária da Comissão de Conselhos. Por motivo da necessidade de adiantar a análise do documento acerca das “Orientações para a implementação da Resolução CNAS nº 16/2010”, não foi possível cumprir toda a pauta da Comissão na reunião do dia 13 de setembro. E, tendo em vista que já está agendada para o mês de outubro uma reunião conjunta com a Comissão de Financiamento, sugerimos reunião extraordinária para discutir os seguintes pontos, a saber: 1. Revisão da NOB SUAS 2005; 2. Revisão das metas de gestão do CNAS 2008 – 2010; 3. Elaboração de orientações para implementação da Resolução CNAS nº 16/2010; 4. Elaboração de orientações para a implantação dos Conselhos Gestores; 5. Resolução (documento) sobre a relevância do papel do Conselheiro; 6. Discussão sobre estratégias para mobilizar os Conselhos para preenchimento dos dados no Censo SUAS/Conselhos. Encaminhamento: Agendar a reunião extraordinária com data a ser definida. Assina por procuração por Gisele de Cássia Tavares”.* O senhor Presidente indicou o **Item 2. Elaboração da orientação da Resolução CNAS nº 16.** Informou a uma proposta de reunião extraordinária, com o Conselheiro Wagner esclarecendo o

trabalho feito para responder às questões, não sendo possível concluir o documento das orientações aos Conselhos. Relatou a necessidade de realização de reunião extraordinária para avançar no assunto, sugerindo que as próximas resoluções do CNAS pudessem sair com as orientações, evitando-se as dúvidas para os Conselhos Municipais. O senhor Presidente ponderou a necessidade de não sobrecarregar a Comissão de Conselhos, distribuindo-se melhor o trabalho para evitar essa sobrecarga, com o comentário relativo ao item dois contemplando também em todos os próximos itens. **Item 3, referente ao CEAS do Maranhão.** O Conselheiro Frederico pediu esclarecimentos sobre o envio para a CONJUR, com o Conselheiro Renato Saidel explicando sobre a aplicabilidade da Resolução 11, sobre procedimentos de denúncias pelo CNAS, sendo que na reunião da Comissão haviam resolvido encaminhar um ofício para a CONJUR solicitando esclarecimentos sobre os procedimentos a serem tomados pelo Conselho Nacional. O Conselheiro José Geraldo observou que o CNAS deveria tomar posição em relação a alguns assuntos, emitindo opinião e decidindo sobre denúncias de fatos ocorridos. O Conselheiro Frederico complementou que a Presidência Ampliada havia feito um encaminhamento, que não havia sido incorporado pela Plenária, voltando para a Comissão. A Conselheira Fátima esclareceu que a Plenária havia sugerido encaminhamento para a Comissão de Conselhos, que havia ficado de encaminhar o assunto. O Conselheiro Celso Pasquini observou que a Comissão havia tomado conhecimento do ofício, datado de 19 de julho, com o Conselheiro Renato Saidel complementando que havia chegado outro documento no dia 29 de julho, assunto pautado na Comissão de Conselhos apenas nessa reunião que havia ocorrido na segunda-feira e sendo esse o primeiro contato com o assunto. O Conselheiro José Geraldo sugeriu que o tema fosse tratado após o período eleitoral, com o senhor Presidente concordando com essa colocação e com a necessidade de ter o parecer da CONJUR, tentando-se identificar da melhor forma possível essas denúncias nas próximas situações. A Conselheira Fátima relatou os procedimentos que o assunto havia seguido, com a Plenária decidindo qual o encaminhamento. A Conselheira Ana Carolina destacou que gostaria de conhecer o encaminhamento feito, até para poder se posicionar. O Conselheiro Renato de Paula listou três itens do encaminhamento: 1. Enviar ofício à CONJUR; 2. Enviar cópia do ofício e da mensagem eletrônica aos Conselheiros; 3. Incorporar o conteúdo da Resolução; ressaltando a importância desses procedimentos e a necessidade de os Conselheiros tomarem conhecimento do assunto. A Conselheira Fátima informou ter sido discutido na Comissão o envio da documentação aos Conselheiros, relatando as dificuldades enfrentadas para a análise desse material, que se encontrava sem condições de leitura. O Conselheiro Frederico concordou com o encaminhamento anterior da Presidência Ampliada de envio à CONJUR, indagando quando isso seria feito. O Conselheiro José Araujo informou ter conversado com alguns Conselheiros governamentais do Maranhão, onde a situação estava muito complicada, com sérios problemas entre o governo e a Sociedade Civil, com esse acontecimento merecendo um tratamento especial. O Conselheiro José Geraldo indagou sobre a possibilidade de se responder a esse documento indagando se esses fatos procediam, que o CNAS os repudiava enquanto Política, averiguando os fatos para se pronunciar posteriormente. A Conselheira Marisa indicou que não haviam tido acesso direito ao documento, o que havia suscitado algumas dúvidas, com a Comissão consensuando que deveriam fazer uma consulta em cima dessa Resolução. Destacou que a Comissão tinha condições de emitir um parecer analisando o documento, sugerindo que fosse retirado o encaminhamento à CONJUR. O Conselheiro Clodoaldo discorreu sobre a situação, ponderando que a prática era também ouvir o acusado, dando visibilidade dessa denúncia ao gestor que estava sendo acusado. Observou que os Conselhos, não conseguindo resolver a situação, eram orientados a recorrer ao Ministério Público, com o CNAS tendo que ouvir os dois lados. A Conselheira Fátima esclareceu que o ofício havia sido lido na Comissão, mas não conseguindo ler o e-mail sobre a questão. O Conselheiro Renato de Paula observou a dificuldade em se discutir tais situações de denúncias, encontrando ser difícil emitir um posicionamento sobre um assunto que não tinham tomado o devido conhecimento, encontrando que estava correto o encaminhamento. Ressaltando o tempo disponível, encontrava que a Comissão teria que dar encaminhamento, se consultaria a CONJUR, ou se encaminharia à Comissão para aprofundar o

tema, tendo que ser dado um prazo para essa resposta. Sugeriu à Comissão de Conselhos que desse um prazo para atender a demanda em um tempo que não deixasse o assunto morrer, não parecendo omissão do CNAS, com a concordância do Conselheiro Wagner. A Conselheira Ana Carolina ponderou que não seria feita nenhuma análise sem que tomassem conhecimento do conteúdo, com a Resolução 11 indicando uma forma de condução desse tipo de processo. O senhor Presidente solicitou que os encaminhamentos apresentados fossem aprovados, trabalhando-se as próximas denúncias de uma forma mais ágil, o que foi consensuado pelo Pleno. **Item 4. Elaboração de orientações para a implantação dos Conselhos Gestores.** Observou ter ficado uma extraordinária, deixando registrado em ata seu comentário quanto ao nome utilizado, querendo-se implantar a participação, o protagonismo do usuário nos serviços, indicando o nome de Conselhos Gestores e observando que gestor participava, mas também assumia responsabilidade. O Conselheiro Samuel esclareceu que no Grupo onde debatiam o assunto, não haviam fechado essa nomenclatura, a qual certamente não continuaria. Explicou haver cinco itens nesse relato, com o primeiro sendo a efetivação da Coordenação e da Coordenação-Adjunta, outros três encaminhavam uma reunião extraordinária e o último encaminharia para todos os outros. Ressaltou que a agenda de setembro estava sobrecarregada, tendo que ser antes da reunião de outubro, com todos os temas sendo prioritários, mas destacando a necessidade de se definir e priorizar o trabalho dessa Comissão. O senhor Presidente informou o tema de extrema urgência sobre a avaliação da participação dos Conselhos Estaduais, pautado para outubro e que seria encaixado na pauta, indagando se a Coordenadora-Adjunta gostaria de definir a questão da data, sendo encaminhado que a Comissão de Conselhos desse o tratamento devido para a reunião ocorrida na terça-feira e trouxesse seu relatório. O Conselheiro Renato de Paula encontrava que se a Comissão havia colocado no seu relato todos os itens que apontavam para uma reunião extraordinária, devendo ser pensado em como isso seria organizado. Que considerando o encaminhamento que o Presidente já tinha dado pedindo solidariedade às outras Comissões e repensando a pauta do Conselho como um todo e em nas atribuições, encontrava que as demais Comissões pensariam sobre o assunto. Que nessa memória específica, se a própria Comissão havia encaminhado no relato, teria que sugerir como poderiam ajudar nesse processo. Lembrou que na Plenária anterior o senhor Presidente havia feito essa observação a respeito do nome, com a Plenária encaminhando que o Grupo de Trabalho iria pensar nessa questão. Que como o GT não havia pensado o Pleno deveria discutir o significado que se queria aplicar ao termo “gestão”. A Conselheira Simone, com relação ao Item 4, lembrou que esse nome havia saído da deliberação da Conferência, incluído na NOB e estava em consulta pública, sendo estranho o Conselho se posicionar antes de ter uma avaliação de consulta pública. Informou que esse tema estava sendo um dos mais discutidos por todos os Conselhos Municipais e Estaduais, encontrando esse assunto fora de pauta da Comissão de Conselhos, tendo que se esperar o posicionamento dos demais Conselhos e sendo um dos mais polêmicos temas da NOB SUAS. Sugeriu, pelo que havia avaliado dos temas da Comissão de Conselhos, que a revisão da NOB SUAS não precisaria entrar na pauta da reunião extraordinária por ter sido decidido que entraria na pauta de todas as Comissões, assim como o item Discussão sobre estratégias para mobilizar os Conselhos para preenchimento dos dados do Censo SUAS e sobre cujo resultado a Comissão já estava tomando providências. Ponderou que em sua opinião que os documentos sobre a relevância do papel do Conselheiro poderiam ser prorrogados, com a prioridade sendo a elaboração das orientações, que já tinha um documento pronto, com a sugestão podendo circular por e-mail e alguém fazendo sua sistematização, assim como a revisão das metas de gestão, não sendo preciso reunião extraordinária para discutir o assunto. Concluindo, a Conselheira Simone destacou que no seu entendimento, não havia necessidade de reunião extraordinária nessa Comissão, podendo refazer a sua pauta diante de todas as discussões feitas nessas oportunidades. O Conselheiro Frederico ponderou não ser esse o momento de elaboração de orientações para implantação dos Conselhos Gestores, por estarem discutindo a NOB, com a Comissão de Política tendo cuidado na sua discussão e tendo que se subsidiar com outras políticas que tinham Conselhos gestores e unidades, para ter uma definição e um espaço dentro do controle social que se queria. O Conselheiro José Araújo

colocou-se à disposição da Comissão de Conselhos para ajudar no que fosse necessário. O Conselheiro Samuel, percebendo a necessidade de realização de uma reunião extraordinária, propôs que se juntassem essas discussões em um calendário único. O Conselheiro José Crus manifestou-se contemplado com essa fala, informando quem com relação ao item 4, a discussão com base na NOB e no documento que estava em consulta pública já estava bastante avançada. O Conselheiro Wagner, considerando o grande volume de trabalho das Comissões, sugeriu fazer as reuniões das Comissões que estavam ocorrendo em meio período, em um dia integral para poder se avançar mais. O Conselheiro Renato de Paula sugeriu como encaminhamento, fazer uma revisão dessas pautas que já haviam sido debatidas, acoplada com a discussão da NOB e, ao mesmo tempo, elegendo-se como prioridade a discussão da Resolução 16 para ser encaminhada nessa reunião extraordinária da Comissão. O Conselheiro Renato Saidel concordou com esse encaminhamento, indagando à Sra. Liliane se havia alguma outra pendência na Comissão que precisasse ser contemplada, para se analisar essas questões em conjunto e tomar uma decisão constante. O senhor Presidente lembrou a reunião conjunta e a demanda do dia anterior, de se trabalhar para outubro o tratamento da reunião dos Conselhos Estaduais que havia ocorrido na terça-feira. A Sra. Liliane informou que a pauta que havia sido colocada era deliberação da reunião do mês anterior e que a Comissão teria que apresentar os documentos na Plenária, não tendo tempo hábil para sua conclusão. Reforçou a fala do Conselheiro José Crus de que os dois documentos estavam bem adiantados e os Grupos haviam feito a avaliação da necessidade de mais um momento de discussão para fechar o documento estando pronto para ser apresentado, com os Conselheiros definindo sua inclusão ou não, na pauta. A Conselheira Fátima, na qualidade de Coordenadora-Adjunta, concordava plenamente com a proposta do Conselheiro Renato de Paula, de trabalhar os assuntos juntamente, mas encontrando que os demais membros do Conselho teriam que se manifestar. O Conselheiro Renato de Paula relatou novamente sua proposição, de que os assuntos discutidos eram convergentes, e que fossem tratados conjuntamente, com a Comissão se reunindo e fazendo uma proposta de tratar dos assuntos, dessa pauta em consonância e em acompanhamento ao debate que estava sendo feito da NOB assim como a discussão sobre a Resolução, com esses dois itens centrais para serem discutidos e encaminhados. Após essa colocação, o Pleno manifestou seu acordo com esse encaminhamento. A seguir, passou para o **Relato da Comissão de Normas**, com o Conselheiro Pasquini informando que na pauta de reunião para setembro havia oito itens percorrendo sobre o que havia sido realizado para a elaboração do Regimento e as conclusões a que haviam chegado com relação à certificação das entidades e como colocar essa competência do CNAS no Regimento. Informou a solicitação da degravação da fala do Dr. Regules para distribuição aos Conselheiros até a reunião de outubro, relatando os demais itens tratados e sugerindo não se fazer a leitura do relatório, o que seria trazido na próxima reunião. A seguir, o senhor Presidente passou para **Relato da Comissão de Política**. O Conselheiro Frederico procedeu ao relato da “*Memória de reunião da Comissão de Política da Assistência Social. Data: 15 de setembro de 2010. Local: CNAS. Participantes: Anna Cláudia Romano Pontes, Clodoaldo de Lima Leite; Frederico Jorge de Souza Leite. José Ferreira da Crus, José Araújo da Silva, Leila Pizzatto, Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Marisa Rodrigues da Silva, Marta de Oliveira Sales. Convidados: Jaime Rabelo Adriano – DGSUAS – SNAS/MDS, André Queiroz de Medeiros – DGSUAS – SNAS/MDS. Ausências justificadas: Maria do Carmo Tourinho, Luíza Fernandes Machado, Rita de Cássia Freitas Coelho. Apoio: Carolina Maria Ribeiro da Silva, Maria Auxiliadora Pereira, Rosiely Alves de Brito Bonfim.* 1. *Processo de Revisão da NOB-SUAS. A Comissão de Política contou com a contribuição do senhor Jaime Rabelo do DGSUAS-SNAS/MDS, que fez a explanação sobre o processo de revisão da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, enfatizando o reconhecimento da importância histórica da NOB SUAS 2005 não expressa todo o arcabouço regulatório desenvolvido a partir da implantação e aprimoramento do SUAS; do reconhecimento da necessidade de aprimoramento do processo de gestão do SUAS; e das proposições de estratégias para a qualificação de suas ofertas e da relação federativa, com pactuação de responsabilidades*

*compartilhadas. Um dos requisitos para aprimorar a gestão é o planejamento, elaborado a partir de diagnóstico sócio-territorial e acompanhado por meio de processo de monitoramento, com base em indicadores. Os Planos de Assistência Social serão acompanhados pelos Conselhos e órgãos gestores e monitorados a partir de indicadores. Os índices de aprimoramento da gestão aferidos a partir desses indicadores orientarão o co-financiamento (Incentivo à Gestão Descentralizada do SUAS – IGD SUAS: quanto mais responsabilidades cumpridas, mais recursos de incentivos). A NOB SUAS 2010 dá ênfase no controle social com subcapítulos que potencializa a participação dos usuários; as Conferências de assistência social; os Conselhos de Assistência Social; as responsabilidades dos entes federados com o controle social; o planejamento das responsabilidades dos Conselhos de Assistência Social; e Conselhos de Unidades Prestadoras de Serviços de Assistência Social. A proposta de criação de Conselhos de Unidades Prestadoras de Serviços de Assistência Social é uma das deliberações da VII Conferência Nacional de Assistência Social. Esses Conselhos são estratégias de inclusão e participação dos usuários nos serviços sócio-assistenciais. Trata-se de uma instância de caráter permanente e deliberativo, destinados ao planejamento, avaliação, fiscalização e controle da execução dos serviços sócio-assistenciais, no âmbito das Unidades Prestadoras de Serviços – UPS estatais e privadas do SUAS, com a composição de 50% dos usuários, 25% de representantes dos trabalhadores e 25% de representantes da direção da unidade. Os aspectos da NOB SUAS 2005 que permanecem inalterados e aprimorados são: caráter do Sistema Único de Assistência Social; funções da política; tipos e responsabilidades de gestão (Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal); instâncias de articulação, pactuação e deliberação; instrumentos de gestão; eixos estruturantes da gestão do SUAS. As revisões da NOB SUAS 2010 enfatizam os seguintes aspectos: aprimoramento da gestão do SUAS por meio do fortalecimento do CPF (Conselho, Plano e Fundo) e qualificação dos serviços e benefícios; o planejamento e monitoramento e acompanhamento como estratégias para o aprimoramento da gestão do SUAS e qualificação de serviços e benefícios; os níveis de gestão dos municípios com base em indicadores mensurados a partir da realização de diagnóstico sócio-territorial e de responsabilidades contidas em Matriz de Responsabilidades; traduzindo o estágio de organização da gestão e dos serviços; patamares de aprimoramento da gestão e qualificação de serviços e benefícios a serem planejados e alcançados; o Pacto de Aprimoramento da Gestão, nas instâncias de pactuação, como a tradução das responsabilidades contidas nos Planos de Assistência Social; instituição dos Blocos de Financiamento para o co-financiamento dos serviços de proteção social básica e especial; co-financiamento de incentivo para o aprimoramento da gestão e co-financiamento de investimentos; articulação entre os processos de planejamento, monitoramento e o financiamento; planejamento das responsabilidades dos Conselhos de Assistência Social; e, regras de transição. Uma dos focos principais dessa revisão da NOB SUAS está na qualificação dos serviços sócio-assistenciais que envolve: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – constituição de padrões e referência unitária em todo território nacional; territorialização dos serviços; articulação em rede; oferta integrada; caráter contínuo, sistemático e planejado; caráter público de coresponsabilidade e complementariedade entre as ações governamentais e não governamentais; vínculo SUAS – vinculação da rede socioassistencial não governamental ao SUAS; planejamento da oferta de acordo com as necessidades dos usuários; usuário como sujeito central do processo de qualificação dos serviços. Desta forma, várias estratégias e instrumentos de planejamento estão sendo incorporados na NOB SUAS. Matriz de responsabilidades. Conterá as seguintes responsabilidades: obrigatórias, aquelas estabelecidas nas normativas e oriundas das obrigações assumidas a partir do processo de co-financiamento; de aprimoramento da gestão e da qualificação dos serviços, conforme patamares pactuados nacionalmente. Planos de providências. É o instrumento de planejamento de ações que visam a superação de dificuldades identificadas na gestão e na execução dos serviços socioassistenciais a ser elaborado pelos municípios, estados, DF. Regionalização dos serviços da PSE. A regionalização deverá ser planejada entre estado e municípios, procedido de um diagnóstico regional sobre a incidência das situações de risco e violação de direitos e da oferta de serviços. O*



*diagnóstico deverá ser elaborado sob coordenação da Secretaria Estadual de Assistência Social – SEAS. A regionalização tem como base os seguintes princípios: cooperação entre os entes; equidade, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e territoriais; conhecimento das características regionais de estados e municípios e determinação da organização territorial da assistência social; integralidade da proteção socioassistencial. CIB Regional. É o espaço colegiado de gestão regional, solidária e cooperativa, composta pelo conjunto de municípios que integram uma região de assistência social e representantes da gestão estadual. Deverá ser instituída por meio de resolução da CIB, a CIB Regional compõe a estrutura de pactuação e negociação da CIB para os assuntos específicos sobre a regionalização de serviços. Cabe à CIB Regional, dentre outras coisas: pactuar a organização regional do SUAS e seus aspectos operacionais; negociar e impactuar as decisões sobre a regionalização dos serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade; municípios sede para implantação dos serviços regionalizados de referência e os municípios vinculados, fluxos de encaminhamentos, co-financiamento, gestão e gerência dos equipamentos, entre outras; estabelecer prioridades a serem planejadas em âmbito regional; pactuar Plano Regional de Assistência Social; construir processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do Plano Regional de Assistência Social com os Conselhos de Assistência Social. Encaminhamento: a Comissão de Política discutirá e apresentará contribuições ao documento preliminar da NOB SUAS 2010, com ênfase na Gestão do SUAS. 2. Proposta de correção do texto do documento “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”, solicitado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Trata-se de um assunto demandado pela Presidência Ampliada do CNAS para que a Comissão de Política avaliasse a solicitação do CONANDA de alteração de redação do item “4.5.2 – Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes ameaçados de morte” do documento “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”, aprovado em Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1/2009. A correção do texto decorre da solicitação de representantes de movimentos que atuam na proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, inclusive alguns representantes do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte – PPCAAM. De acordo com esses especialistas, um parágrafo desse item sugere procedimentos contrários aos indicados para essas situações, ao propor a implantação de abrigos regionais ou estaduais destinados, especificamente, a esse público. Um dos argumentos contrários a esta proposta é o de que tais equipamentos seriam mais facilmente localizados pelos grupos do crime organizado que ameaçam tais adolescentes, colocando em risco de vida as crianças e adolescentes acolhidos e os profissionais que ali trabalham. Tendo em vista que esta parte do texto foi incluída no documento apenas após consulta pública, não tendo sido alvo de discussões mais aprofundadas por parte dos Conselhos e, diante da razoabilidade da solicitação de retirada do parágrafo que contém tal indicação, o CONANDA aprovou, por unanimidade, a sua retirada do texto. Ressalta-se que o parágrafo em discussão encontra-se na parte final do documento, que trata de temática específica e sua retirada não traz nenhum prejuízo ao texto, como um todo, sendo mantidos todos os parâmetros de funcionamento estabelecidos para as diferentes modalidades de serviços de acolhimento. Encaminhamento: a Comissão de Política acolhe a proposta de alteração do texto, conforme apresentado abaixo. Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes ameaçados de morte. “Nos casos de crianças e adolescentes ameaçados de morte, sua manutenção no contexto familiar e comunitário de origem pode representar sério risco a sua segurança. Trata-se de uma situação particularmente delicada, na qual pode ser necessário o encaminhamento para serviço de acolhimento em localidade distinta do município de residência habitual. Nestes casos, é preciso considerar que a proximidade do serviço de acolhimento com a comunidade de origem, a manutenção das atividades rotineiramente desenvolvidas e o convívio com sua rede social local - parâmetros que devem orientar os serviços de acolhimento em geral - não são aconselháveis, por colocarem em risco a segurança da criança ou adolescente ameaçado podendo também representar risco para as demais crianças e adolescentes atendidos no mesmo serviço. Dessa*

forma, podem ser firmados acordos formais entre municípios de diferentes regiões, a fim de viabilizar a transferência das crianças ou adolescente ameaçado para outro município, de modo a possibilitar seu acolhimento em serviços distantes de sua comunidade de origem e, assim, facilitar a sua proteção. Nestas situações o serviço deve também manter articulação com programas de proteção aos quais as crianças e adolescentes atendidos estejam vinculados, além do Sistema de Justiça e do Sistema de Segurança Pública, de modo a propiciar condições de segurança tanto para a criança ou adolescente ameaçado quanto para os demais ali acolhidos. Em todos os casos, recomenda-se que os serviços de acolhimento que atendam crianças e adolescentes ameaçados de morte atuem em articulação com programas específicos de proteção, como o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - PPCAM. Finalmente, ressalta-se que o encaminhamento da criança ou adolescente ameaçado de morte para serviço de acolhimento deve ser considerado apenas quando esgotadas outras alternativas que preservem seus vínculos familiares, como, por exemplo, a mudança de contexto ou cidade acompanhado da família, de familiar ou responsável. A Comissão recomenda que seja feita uma nova resolução alterando o referido item do documento “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”, a ser aprovada pelo CNAS e pelo CONANDA.

3. Pauta para a próxima reunião: proposições e contribuições ao documento preliminar da NOB SUAS 2010 no eixo de Gestão do SUAS; monitoramento das deliberações da VII Conferência Nacional de Assistência Social; revisão das Metas de Gestão 2008-2010; moção de Reivindicação sobre Acessibilidade e Audiodescrição. Frederico Jorge de Souza Leite, Coordenador da Comissão de Política”. A seguir, o Conselheiro Frederico informou a proposta de resolução, havendo o consenso de que a mesma seria aprovada pelo Pleno, visto tratar-se de questão de forma e não de alteração do texto, a ser enviada ao CONANDA para ratificação. O Conselheiro José Araujo questionou se o Conselho poderia alterar uma resolução conjunta, com a Secretária-Executiva sugerindo que nas considerações, fosse incluído que havia acontecido um entendimento do CONANDA sobre essa questão, para fazer uma referência à Resolução assinada conjuntamente, com o Conselheiro Frederico procedendo à sua leitura: “Resolução Conjunta nº 2 de 16 de setembro de 2010. Altera o texto do documento: Altera o texto do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS e o CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA, no uso de suas atribuições estabelecidas respectivamente, no art. 18 da Lei Nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e no artigo 2º da Lei Nº. 8.242, de 12 de outubro de 1991, CONSIDERANDO a aprovação da RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 18 DE JUNHO DE 2009, que aprovou o documento Orientações Técnicas: Acolhimento para Crianças e Adolescente e, Considerando a solicitação do CONANDA de alteração do referido documento, resolvem: Art. 1º. Alterar a redação do item "4.5.2. Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes ameaçados de morte", conforme texto abaixo: - aí ele vai incluir todo aquele texto que eu li no relato. Art. 2º. O CNAS e o CONANDA deverão adotar medidas para divulgação dessa alteração no referido documento. Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. CARLOS EDUARDO FERRARI - Presidente do CNAS e Fábio Feitosa da Silva, presidente do CONANDA”. A Conselheira Simone considerava que talvez fosse mais adequado ao invés de discutir só a gestão, discutisse a NOB no seu conteúdo, aprimorando a gestão e qualificando serviços e benefícios, sendo interessante, se a Comissão acatasse, chamar a professora Egli Muniz, uma das maiores estudiosas da área dos serviços socioassistenciais no Brasil. O senhor Presidente propôs, para a próxima reunião, convidar o Dr. Douglas para falar sobre o trabalho da CONJUR. O Conselheiro Samuel informou que a distribuição da cartilha sobre os direitos da população de rua poderia ser disponibilizada para cada município, sugerindo a redação de uma carta para poder encaminhar às prefeituras. A Conselheira Marisa informou a realização dos encontros regionais a partir de novembro e dezembro, convidando aos presentes para participar, assim como na realização reunião da diretoria em outubro, em Brasília. O senhor Presidente sugeriu que o Conselheiro Samuel, juntamente com a Conselheira Simone, propusesse um texto a ser apresentado na próxima reunião para ser aprovado pelo

Pleno. O Conselheiro Sérgio Wanderly ponderou que esse material não deveria simplesmente ser entregue, mas devendo se chamar a atenção de todos para a questão, com o colegiado fazendo a divulgação e capacitando o Conselheiro que iria acompanhar e fiscalizar. O Conselheiro Wagner colocou-se à disposição para contribuir na escrita da minuta., co que o senhor Presidente ponderou que poderiam trazer, junto com essa minuta, algumas reflexões de estratégias. O Conselheiro Clodoaldo sugeriu que os Conselheiros Renato Saidel, a Conselheira Leila participassem dessa tarefa, com a Conselheira Simone retirando-se dessa atribuição. O senhor Presidente solicitou à Conselheira Simone, ao Conselheiro Renato de Paula, aos Conselheiros representantes do segmento dos trabalhadores do CNAS, que permanecessem um pouco mais, para conversar sobre os encontros regionais, a metodologia e os desafios a fazer. O Conselheiro Renato Saidel entregou ao CNAS o DVD – *“Respeitando Direitos e Reconhecendo Deveres”*, publicado pelo pessoal do combate ao racismo institucional de Belém do Pará. **ENCERRAMENTO**. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em Reunião de        de        2010.